

Impresso em papel não-clorado. Não agride o ambiente.

sustentar
sustentar
sustentar
sustentar
sustentar



caderno
sustentar

3

Pelotas, setembro de 2002.



caderno
sustentar 3



SEURB
Secretaria Municipal de
Planejamento Urbano

Coordenadoria de
Planejamento Urbano
☎ (53) 225 6500 - fax 229
seurb.cplan@pelotas.com.br
Rua Almirante Barroso, 2089



www.pelotas.com.br

Caderno Sustentar: Prefeitura Municipal de Pelotas (RS); Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; Coordenadoria de Planejamento Urbano – Pelotas: CPLAN, 2002.

Ano 02, nº 03- ISSN 1519-583X

1. Planejamento Urbano 2. Urbanismo I. Prefeitura Municipal de Pelotas (RS) II. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Pelotas, RS) III. Coordenadoria de Planejamento Urbano (Pelotas, RS).

CDD 307.7

Apresentação.....	04
Congresso da Cidade: rumos para o futuro - Fernando Marroni.....	06
Introdução - Joseane Almeida.....	08
Diagnóstico.....	10
Premissas e campos de atuação	11
Grupos: síntese de conflitos e potencialidades	12
13 Idéias Força.....	16
Equipe de Trabalho Municipal.....	17
Preparação ao Congresso	18
Reuniões Preparatórias.....	19
Congresso Júnior.....	20
Pré- Congresso.....	21
Congresso da Cidade.....	24
O desenvolvimento sustentável: teoria e prática, sonhos e realidade - Francesco Di Castri.....	26
Programação do Congresso.....	38
Regimento Interno.....	39
Grupos de debate sobre as 13 Idéias Força.....	41
Carta dos moradores do bairro Santa Teresinha	42
Carta da II Conferência do Esporte e Lazer.....	44
Sítio Histórico de Pelotas: onde é? - Luiz Augusto King.....	45
Entidades que participaram.....	48
13 Idéias Força.....	49
Carta do Congresso da Cidade.....	64
Como gestionar essas Idéias Força?.....	65
Considerações Finais	
A democracia para uma cidade sustentável - Antônio Soler.....	66
Conclusões e recomendações para a continuidade - Rubén Pesci.....	68

apresentação





O **Caderno Sustentar 3** relata o histórico e as conclusões do primeiro ciclo do processo de Planejamento Participativo em Pelotas, que produziu as bases para as ações e para a criação dos instrumentos que irão orientar as transformações do município.

O referido processo culminou no **I Congresso da Cidade**, onde foram aprovadas as Idéias Força para a construção do futuro e a Carta do Congresso, que constituem o novo Pacto para uma Pelotas Sustentável.

Com esta edição, consolida-se a premissa maior dos "Cadernos", que é a de produzir e dar acesso à informação como instrumentos de democratização e participação da cidade.

caderno sustentar 3

CONGRESSO DA CIDADE: rumos para o futuro



A realização do Congresso da Cidade de Pelotas foi a oportunidade de compartilhar com o cidadão que aqui vivem, os rumos da cidade para o futuro.

As cidades são, hoje, a mais desafiadora estrutura de convivência para o homem. A diversidade, as desigualdades, os desequilíbrios, os desejos, as necessidades, os sonhos de seus habitantes. Todos esses elementos fazem parte do complexo cenário das condições urbanas nesse novo século.

A pressão e as necessidades crescentes dos núcleos urbanos desafiam cada vez mais os governantes a gestar melhores condições de infra-estrutura, circulação, desenvolvimento e de outros serviços e políticas para que a cidade funcione e retribua aos seus habitantes uma qualidade de vida digna.

Não basta, no entanto, somente eficácia do funcionamento político administrativo tradicional. É necessário alcançar outros níveis de desenvolvimento, Especialmente aqueles formatadores da visão cidadã, incluidora do indivíduo na sociedade, complemento indispensável dessa nova dimensão urbana.

Pelotas possui uma firme tradição de organizações da sociedade. Com a nova feição do poder público, mais democrático, mais participativo, estamos experimentando oportunidades de avançar e qualificar as relações do estado com a sociedade. Especialmente através do Orçamento Participativo, que criou uma nova esfera de envolvimento social na definição e acompanhamento das ações do governo.

Mas é preciso entender que esse mundo chamado Pelotas não está isolado de outros cenários. Ao contrário, ele é atravessado pelo grande contexto nacional. O nosso país é cada vez mais submetido, de forma profunda, ao grande capital financeiro. O endividamento interno e externo é a única estratégia de política econômica encontrada pelo atual grupo político que governa o País.

Como consequência, as condições de vida da grande maioria da população submetidas à enorme concentração de renda são precarizadas a cada novo dia, através do aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão.

A cidade de Pelotas deve resistir a essa situação reagindo propositivamente, afirmando um conjunto de políticas urbanas, sociais e econômicas que resgatem a cidadania para milhares de pessoas.

Esse Congresso deve ser entendido como um passo para afirmar nossa capacidade de inovar em termos de políticas públicas, de aprofundar mais democracia na cidade, de induzir investimentos públicos e privados para uma melhor qualidade de vida a todos, de fortalecer o poder local que aqui se tece na relação governo/sociedade.

O congresso da Cidade, com certeza, significa um esforço democrático e participativo de realizar reflexões estratégicas de longo prazo, que consigam articular globalmente a cidade, através do vários interesses e visões que a cada dia se manifestam com maior intensidade, pluralidade e riqueza. Portanto, combinar um conjunto de demandas localizadas com iniciativas gerais integradoras que são estruturantes de uma cidade, é o nosso grande desafio.

Do mesmo modo estamos desafiados a produzir um planejamento urbano capaz de dar curso à Agenda 21 Local das Nações Unidas e à nova Lei do Estatuto das Cidades, recentemente sancionada.

Nossa responsabilidade política e social, em reorientar e redefinir o futuro de Pelotas extrapola nosso território, pois somos signatários da carta do Fórum Mundial de Autoridades Locais. Naquele documento afirmamos que um outro mundo é possível e que ele começa nas cidades. Um mundo que combata as desigualdades, que promova a qualidade de vida, que preserve o ambiente, que incentive a criatividade cultural e que seja sustentável.

Por fim cito, para reflexão, a expressão de um latino-americano para homenagear nossos "hermanos" uruguaios e argentinos presentes no Congresso: "No hay caminos. Los caminos se hacen al caminar".

FERNANDO MARRONI
Prefeito de Pelotas



introdução

Desde o ano de 2001 Pelotas vive um novo tempo: um tempo de democracia e de busca da sustentabilidade.

Como bem lembrou nosso Prefeito Fernando Marroni, foi dito no Fórum de Autoridades Locais no 1º Fórum Social Mundial: "Um outro mundo é possível, e ele começa nas cidades." Acreditamos que a melhoria na qualidade do espaço da cidade pode contribuir profundamente no combate à exclusão social, principalmente se estas melhorias forem entendidas e construídas de forma coletiva.

Apesar de estar prevista desde a Constituição Federal de 1988, e também no artigo 151 da Lei Orgânica Municipal de 1990, a participação popular não tem acontecido de forma a contribuir na construção permanente da democracia, seja por falta de interesse e compromisso de governos, seja pela falta de prática da população, que remete à classe dirigente toda responsabilidade de representar a coletividade.

A construção da cidade sustentável pressupõe a visão de conjunto dos componentes de uma paisagem, e para isto é necessário que sejam contemplados todos os saberes, não somente os formais, mas também das pessoas que interagem com o ambiente. Assim, a participação é componente da sustentabilidade.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10257, que regulamenta o capítulo da Política Urbana da Constituição de 1988 e estabelece suas diretrizes gerais, propõe a gestão democrática da cidade, entendida como a que resulta da participação direta do cidadão. É preciso oferecer a oportunidade para participação nessa gestão, e envolver a todos no debate sobre a cidade de maneira ampliada.

No governo da Frente Popular em Pelotas, já estão garantidos os espaços de expansão da democracia participativa, através principalmente do Orçamento Participativo, referência internacional bem sucedida de participação popular na gestão das finanças públicas e, agora, também através do **Planejamento Participativo**.

Tendo o atual governo o compromisso com a radicalização da democracia e com a sustentabilidade, visando combater a exclusão social, foi desencadeado um processo de audiências públicas com a coletividade. O **Fórum Intersetorial** é o espaço permanente criado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEURB, com o escopo de garantir à população o debate do planejamento do município, onde são discutidos os avanços dos trabalhos realizados pela equipe da prefeitura, para sua avaliação e ajuste. Reúne-se periodicamente, com representantes de múltiplas entidades e setores da coletividade. É acompanhado ainda pelo Fórum de Secretários Municipais. Aspectos técnicos, políticos, sociais, econômicos, ambientais, culturais do planejamento e gestão da cidade são tratados. Desse processo participativo foram acordadas as Premissas para Pelotas e elaborado um amplo diagnóstico produzido através dos conflitos e potencialidades do município e região, desencadeando na proposta de elaboração das **13 Idéias Força** para Pelotas, idéias essas que contêm a potencialidade de colaborar na mudança do quadro econômico, bem como promover uma gestão e um planejamento urbanístico democrático e sustentável, buscando sua harmonização com o processo de implantação da Agenda 21 local, em construção.

As Idéias foram levadas à 4ª reunião do Fórum Intersetorial, denominada Pré-Congresso, para apresentação, debate e ajustes. Antes ainda foram realizadas reuniões prévias com diversos grupos representativos da comunidade, tais como sindicatos, associações de bairro, parlamentares, ONGs, universidades, setores público e privado, com o objetivo de facilitar a apropriação das Idéias, para que dentro de seus grupos todos pudessem debater e posteriormente participar ativamente do espaço criado para dar voz à sociedade, que é o Fórum Intersetorial.

Ainda como forma de envolver todos cidadãos, a Prefeitura realizou o Congresso Júnior da Cidade, onde alunos de 5ª à 8ª série puderam também debater temas sobre a cidade e elaboraram a Carta do Congressinho, lida no Congresso, além de serem mencionadas as redações elaboradas durante o semestre letivo sobre os temas de planejamento urbano.

Assim, após vários momentos de trabalho com a coletividade, foi realizado o **Congresso da Cidade**, onde participaram mais de 400 pessoas, 90 delegados de organizações governamentais e não governamentais, representantes de 65 setores da comunidade, no qual mais uma vez debateram-se e discutiram-se as propostas, transformando-as num novo pacto para a construção de uma Pelotas Sustentável, através da aprovação da **Carta do Congresso da Cidade** e das **13 Idéias Força** para o planejamento de Pelotas. Foi o marco de consolidação do processo de planejamento participativo.

Para garantir a permanência desse processo de planejamento, o Poder Executivo está viabilizando o funcionamento do SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL - SIPEM, instituído pelo artigo 147 da Lei Orgânica Municipal em 1990 e até a atual gestão não implantado.

Dessa forma, o primeiro Congresso da Cidade, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEURB, não é apenas um evento, mas sim um componente importante do processo no qual as decisões sobre a cidade passam pela população, que trabalhou temas vinculados ao ambiente urbano e rural e à construção das bases para a cidade sustentável, a partir das quais serão formuladas as políticas públicas, programas e projetos de intervenção urbana e o novo Plano Diretor. O Planejamento Urbano é um projeto que inclui ações de curto, médio e longo prazo, e nós estamos construindo nossa história no tempo. Somos parte do futuro.

Joseane da Silva Almeida

Arquiteta e Urbanista

Coordenadora de Planejamento Urbano SEURB

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Luiz / NOVAES, Jurandir / RODRIGUES, Edmilson. *Congresso da Cidade: Construir o Poder Popular Reinventando o Futuro*. Belém: Labor Editorial, 2002.
CATTANI, Antônio David (organizador). *Fórum Social Mundial: A Construção de um Mundo Melhor*. Porto Alegre, 2001.
VIANA, Gilney / SILVA, Marina / DINIZ, Nilo (organizadores). *O Desafio da Sustentabilidade: Um Debate Sócio-Ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

diagnóstico



O histórico da elaboração do trabalho até aqui realizado começou a ser relatado nas edições anteriores do Caderno Sustentar.

A partir das diretrizes básicas orientadoras para o planejamento do município sustentável, lançadas preliminarmente no Caderno Sustentar 1, definimos as **PREMISSAS para PELOTAS**, que após discutidas e complementadas pelas diversas instâncias participativas, foram divididas em **CAMPOS de ATUAÇÃO**, conforme relato no caderno Sustentar 2.



A Equipe de Trabalho Municipal produziu então um amplo diagnóstico através de conflitos e potencialidades do município e região, chegando-se ao conjunto das **13 IDÉIASFORÇA**.

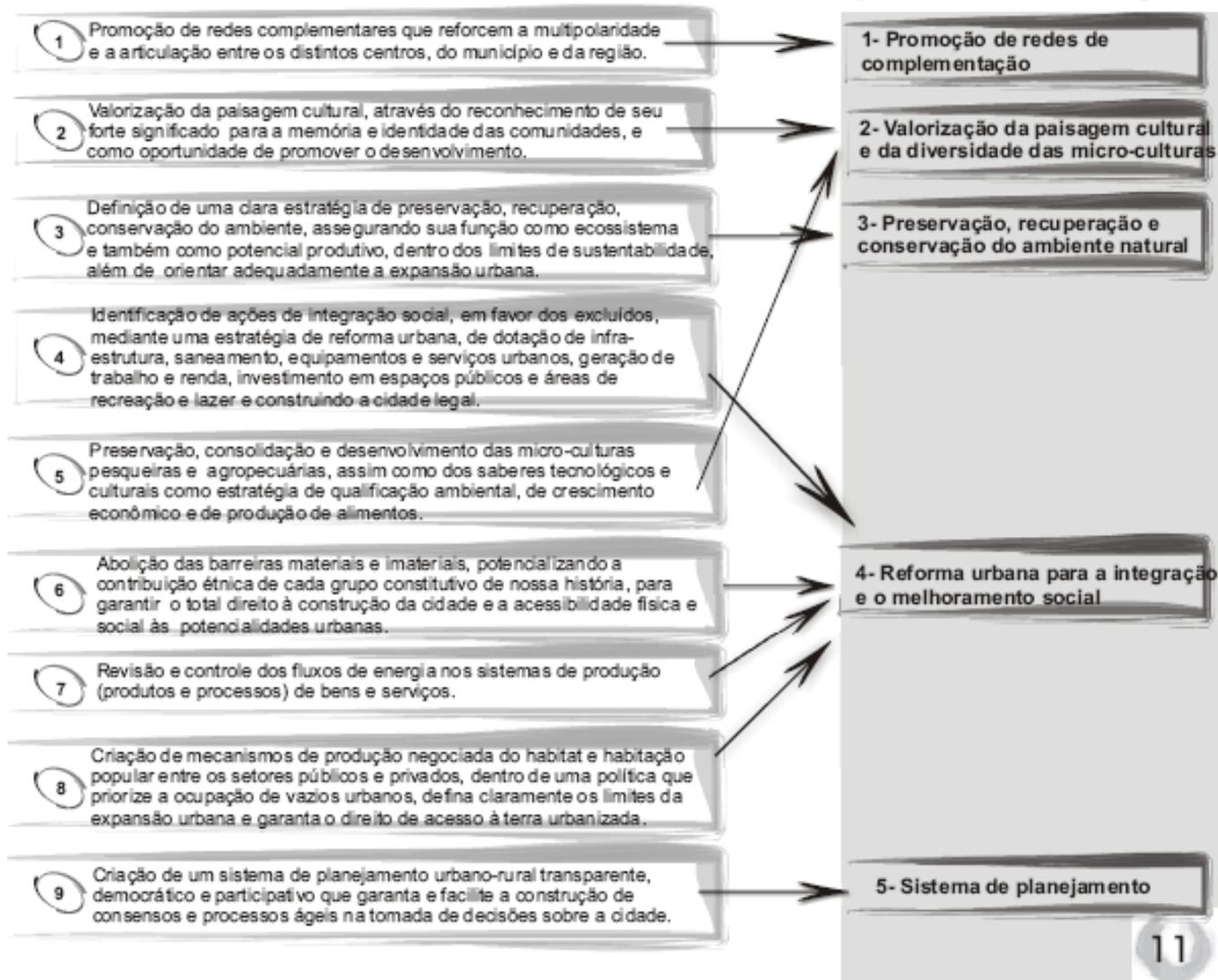
Premissas para Pelotas

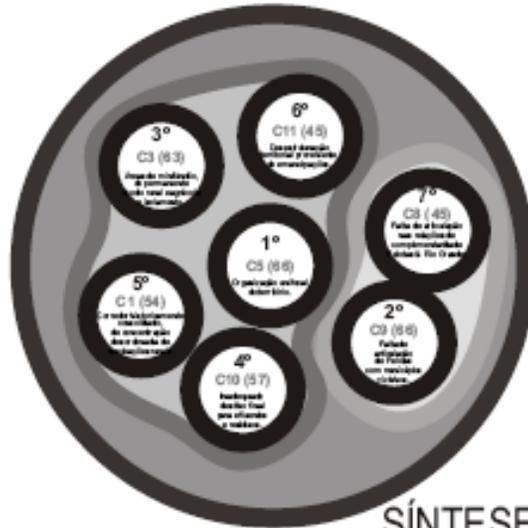
Construídas pelo Fórum Intersetorial

Premissas para Pelotas

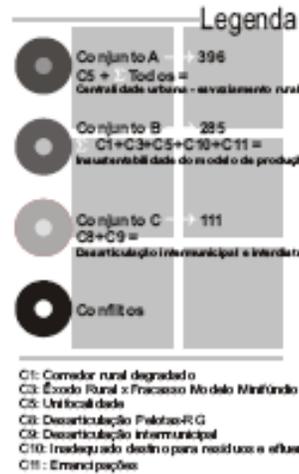
Campos de Atuação

Campos de Atuação

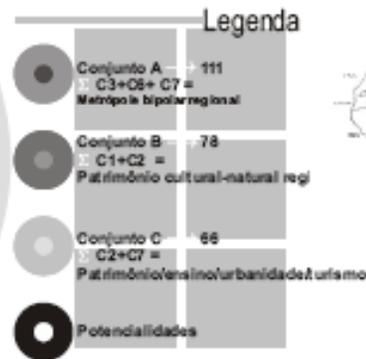




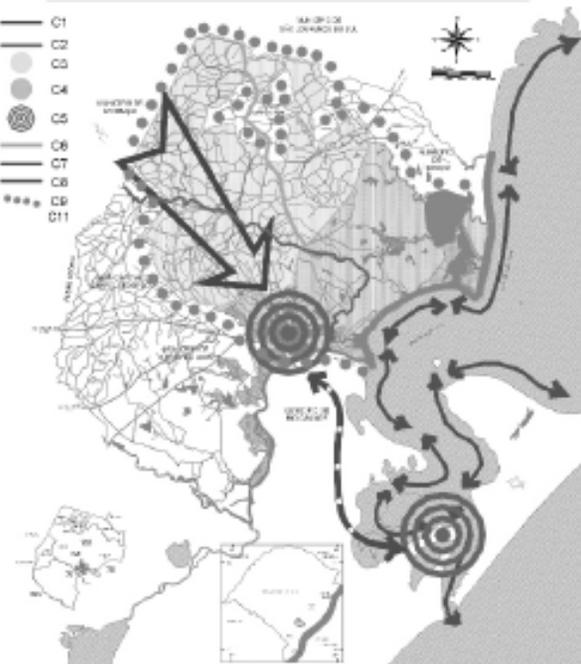
SÍNTESE DE CONFLITOS



SÍNTESE DE POTENCIALIDADES



GRUPO 01: REDES - MAPA DE CONFLITOS

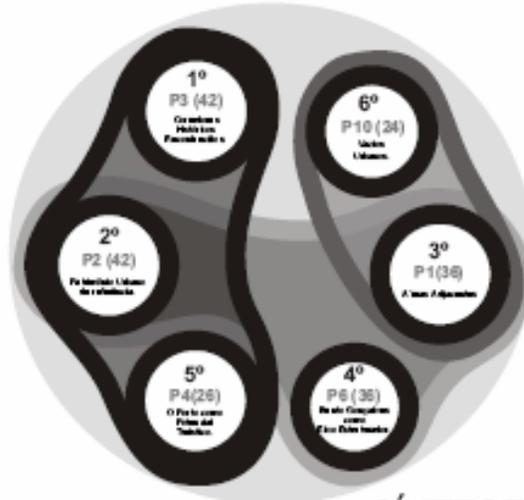




Legenda

●	Conjunto A	129
●	C10 + C7 + C3 =	
	Estrutura urbana de inadequada para a conservação e valorização do C.H.	
●	Conjunto B	120
●	C2+C7+C3 =	
	Porto X C.H.	
●	Conjunto C	48
●	C1 =	
	Falta de padrões patrimoniais e sua política urbana das	
●	Conjunto D	80
●	C1+C4 =	
	Falta de significado social do patrimônio	
●	Conflitos	

SÍNTESE DE CONFLITOS



Legenda

●	Conjunto A	110
●	P2+P3+P4 =	
	Potencialidade do Patrimônio Histórico	
●	Conjunto B	60
●	P1+P10 =	
	Potencialidade de Multicentralidade e Equilíbrio	
●	Conjunto C	104
●	P2+P6+P1 =	
	Av. Seno Gonçalves como Estrutura do C. Histórico X C. Urbano	
●	Potencialidades	

SÍNTESE DE POTENCIALIDADES



As 13 IDÉIAS FORÇA resultantes do diagnóstico são:

1. Metrópole do Sul
2. Uma Cidade na rota das Lagoas e no Caminho do Gaúcho
3. Farol Cultural
4. Rede de Articulação Intermunicipal e Interdistrital
5. Matriz Verde Regional
6. Eixo Agro-industrial, Ecoturístico e Residencial
7. Fluxos de Matéria e Energia
8. Matriz Verde e Azul
9. Atividades Direcionais Descentralizadas
10. Recuperação do Entorno Rururbano
11. Consolidação da Cidade Constituída
12. Estrutura Viária Bidirecional
13. Preservação, Conservação e Inovação

EQUIPE DE TRABALHO MUNICIPAL

É composta por representantes de todas as Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal e coordenada pela SEURB, através da Coordenadoria de Planejamento Urbano.

SQA

Luís Antônio Pinto Soares
Rogério Soares Ferrer
Vanderley Guterres Pimentel

SMTT

Mauro Böhm
Pierre Prestes

SANEP

José Inácio Kaster
Edson Plá Monterosso

SMSU

Gilnei Oliveira

SECULT

Carmem Vera Roig
Laura Azevedo

SMDHCAS

Maria Inês Soares
Solange Oliveira

CRC/OP

Consuelo da Rosa e Garcia
Renato B. Ribeiro

SMHAB

Luiz Eduardo Félix Carpe
Artemisa Helena Gastal

SMA

Talita Schneider Pereira

COINPEL

Márcia Valeria Sotis

SMDR

Valdecir Luiz Piran

SEURB

Marilene Manso
Luiz Augusto King
Márcia Rotta

SMDE

Reinaldo Tillmann
André Rota Sena

preparação ao congresso



As 13 Idéias Força foram levadas para apresentação, debate e ajustes com a comunidade, continuando o processo de Planejamento Participativo implementado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEURB), atendendo à legislação urbanística, em especial a Lei Federal nº 10257 (Estatuto da Cidade) que prevê a participação popular nos debates para elaboração do Plano Diretor, entre outras ações de planejamento. Realizou-se no dia 03 de julho a 4ª reunião do Fórum Intersectorial, chamada de Pré-Congresso da Cidade.

...reuniões preparatórias...

Para qualificar o debate no Pré-Congresso, a SEURB realizou reuniões prévias de apresentação das idéias com diversas entidades, como segue:

- Conselho do Plano Diretor - CONPLAD
- Conselho de Desenvolvimento Rural - CONDER
- Conselho de Proteção Ambiental - COMPAM
- Conselho Distrital Quilombo
- Conselho Distrital Santa Silvana
- Colônia de Pescadores Z3
- Sindicato da Construção Civil - SINDUSCON
- Sindicato dos Revendedores de Combustível
- Centro de Empresários Zona Norte - CEZON
- Associação dos Proprietários de Imóveis - APIP
- Escola de Engenharia e Arquitetura - UCPel
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal
- Universidade Federal de Pelotas - UFPel
- Vereadores
- Grupo de Estudos para a Zona do Porto (Ateliê SIRCHAL)
- Grupo de Estudos do Estatuto da Cidade
- Centro das Indústrias de Pelotas - CIPEL
- SECOVI
- Associação Comercial de Pelotas
- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA
- Associação de Engenheiros e Arquitetos - AEAP
- União Pelotense das Associações de Bairro

Ainda como forma de ampliar o envolvimento da comunidade com o tema do planejamento da cidade, a Prefeitura através da Secretaria Municipal da Educação realizou o Congresso Júnior.

CARTA DO CONGRESSO JÚNIOR

Aos participantes do Congresso da Cidade:

Queremos uma cidade em que haja condições para vivermos bem: emprego, luz, água, esgoto, escolas em boas condições e com professores bem preparados, praças conservadas, posto policial, posto de saúde e coleta seletiva de lixo.

Para chegar à cidade que queremos devemos participar, discutindo os problemas da comunidade. Deve haver conscientização da população para o aproveitamento das qualidades que já existem (como os pontos turísticos e as belezas naturais) e para que sejam amenizados os problemas.

É bom que esses assuntos estejam sendo discutidos conosco, pois assim nos conscientizamos. Aprendemos muito sobre nosso município e vimos que existe respeito por cada um de nós. Obrigado por nos darem a oportunidade de expressar nossas sugestões para uma Pelotas melhor. Podemos falar dos problemas do nosso bairro e temos esperanças de que tudo possa melhorar.

É bom que a cidade esteja se preocupando em ouvir as idéias dos jovens. Que tal realizarem mais congressos juniores para debatermos sobre outros assuntos?

Participantes do Congresso Júnior da Cidade

Pelotas, 5 de agosto de 2002

...questionário para avaliação das 13 idéias força...

Idéia	Qual sua opinião sobre esta idéia?					Que importância tem este tema para o futuro de Pelotas?	Em que prazo deve ser resolvido?								
	1 - Muito importante	2 - Importante	3 - Pouco importante	4 - Não importante	5 - Não sei		1 - Muito importante	2 - Importante	3 - Pouco importante	4 - Não importante	5 - Não sei				
1 - Impulsionar um acordo entre Pelotas e Rio Grande para ter um aeroporto em comum	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 - Reativar a ferrovia para passageiros que une Pelotas com Rio Grande	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 - Promover o transporte turístico de passageiros pela Laguna dos Patos desde Porto Alegre até Pelotas, Rio Grande e Lagoa Mirim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 - Fazer um terminal portuário de passageiros no prolongamento da avenida Bento Gonçalves e o canal São Gonçalo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 - Incentivar uma rede de facilidades imobiliárias e comerciais para estudantes na cidade do saber	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 - Atribuir mais funções e capacidade de decisão as sub-prefeituras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 - Facilitar a localização de atividade agro-industriais, ecoturísticas e residenciais no corredor para a cascata.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 - Qualificar e melhorar as vilas existentes no distrito rural.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 - Fortalecer algumas estradas distritais existentes criando caminhos transversais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 - Evitar ampliações urbanas periféricas insustentáveis criando o distrito Ruralbano na área urbano e evitar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O I Congresso da Cidade, coordenado pela SEURB, trabalhou temas vinculados ao ambiente urbano e rural e à construção das bases para a cidade sustentável, a partir das quais serão formuladas as políticas públicas e o novo Plano Diretor, principal instrumento para a consecução da política urbana do Município.

Participaram do Congresso mais de 400 pessoas, 90 delegados de organizações governamentais e não-governamentais, representantes de 65 setores da comunidade, no qual mais uma vez debateram-se e discutiram-se as propostas, transformando-as num novo pacto para a construção de uma Pelotas Sustentável, através da aprovação da Carta do Congresso da Cidade e das 13 Idéias Força para o Planejamento de Pelotas.

Congresso da Cidade



Você é parte
do futuro

Você é parte

do futuro

Convocatória para a construção das
bases para a CIDADE SUSTENTÁVEL

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:



teoria e prática, sonhos e realidade
 teoria e prática, sonhos e realidade
 teoria e prática, sonhos e realidade

Francesco di Castri

● ● ● **Os três paradoxos do desenvolvimento sustentável:**

Há três paradoxos que concernem ao desenvolvimento sustentável.

O primeiro paradoxo

É a desproporção que existe - por um lado - entre a popularidade e difusão quase explosiva deste termo a partir de 1992, sendo unânime o consenso, e - por outro lado - sua debilidade conceitual e operacional.

Todos os governos e instituições do mundo sem exceção apoiam este conceito (quem ousaria estar contra um desejo de durabilidade no desenvolvimento, seja economista ou ecologista, socialista ou liberal?). Além disso, é um conceito emblemático - uma ideologia nova de motivação e de esperança - de organizações não governamentais, de partidos políticos e de movimentos populares contestatórios que derivam de tradições inspiradas de um certo anarquismo generoso. Finalmente, os industriais são os maiores defensores da utilização deste termo, em parte porque eles têm obtido resultados concretos no que concerne à compatibilidade entre a proteção do meio ambiente e o aumento da competitividade econômica, em parte - por um oportunismo compreensível - dado que se trata de um conceito admiravelmente fácil e pouco custoso para ser utilizado no marketing de produtos e da gestão de qualquer empresa.

Nada hoje é mais "correto politicamente" que o conceito de desenvolvimento sustentável, e cuidado a aqueles que se animam a emitir críticas, por mais construtivas que sejam, sobre sua aplicação. De fato, somente os grupos inspirados em *uma ecologia profunda* o criticam, porque estão contra a todo tipo de desenvolvimento humano e pregam uma caída demográfica da humanidade, e também - mas por outras razões - alguns poucos científicos e pensadores descontentes com a incompatibilidade, quase antônoma, das duas palavras: *desenvolvimento e sustentabilidade*.

Com efeito, o *desenvolvimento* implica uma noção dinâmica, de sistema aberto e em movimento, com um comportamento não linear, em estado de desequilíbrio, pouco determinista e com a previsibilidade intrinsecamente muito baixa dos sistemas complexos, com flutuações inevitáveis, descontinuidades, surpresas, acontecimentos extremos, inclusive catastróficos, quer dizer com um comportamento de tipo caótico. Pelo contrário, o *durável ou sustentável* evoca uma noção de estabilidade, de equilíbrio, linear em sua progressão e suas tendências, de continuidade e previsibilidade, propriedades mais típicas dos sistemas fechados que dos sistemas abertos.

Agora, com a transição pós - industrial e o advento da sociedade da informação e a globalização, constituindo esta, somente um epifenômeno conjuntural desta mudança de sociedade, os sistemas abertos representam a realidade deste mundo. As fronteiras políticas, administrativas, territoriais, tecnológicas, ecológicas, biogeográficas, genéticas e culturais voltaram - se mais permeáveis e mudam sem cessar seus limites e referências. Esta abertura extrema era provavelmente difícil de captar, e de fato não foi tomada em consideração quando o conceito de desenvolvimento sustentável foi aprovado na conferência do Rio em 1992.

Devido às dificuldades teóricas pela incompatibilidade de termos, à falta de contexto com relação à situação atual, e também às decepções que cedo causou sua pouca aplicabilidade, existe uma abundância de definições – que vão do complementar ao contraditório – a respeito do desenvolvimento sustentável. Já havia mais de 350 definições repertoriadas quando teve a conferência do Rio, hoje em dia seu número passa de mil, a maioria formulada por pessoas que nunca fizeram desenvolvimento real sobre o terreno, e que não o farão jamais. Os livros e os tratados sobre o tema, muitos deles concernentes aos indicadores eventuais do desenvolvimento sustentável, são quase tão numerosos como as definições.

Essas definições e teorias localizam - se entre duas interpretações extremas. Por um lado, o desenvolvimento sustentável pode ser considerado como uma nova *ideologia* ou modelo alternativo para suprir a sociedade de mercado atual. Esta é a conotação revolucionária do termo, todavia se trata de uma mutação pacífica. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável pode representar uma nova *gestão operacional* com a finalidade de prolongar a durabilidade da sociedade atual. Os híbridos e as mesclas entre estas duas interpretações são muito freqüentes.

Com relação a este primeiro paradoxo, é fácil compreender as razões da grande popularidade e aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de todas as suas limitações intrínsecas. Com o desmoronamento das ideologias de massas, mais ou menos atrativas e tranqüilizadoras, que vão caracterizando ao século passado, com a diminuição da fé religiosa e a perda de valores na estrutura familiar, sobretudo nos países ocidentais, com a transição pós-industrial que tem modificado e debilitado as regras clássicas de mercado de trabalho e da formação profissional, com o aumento das brechas entre países e ao interior de cada país, sem contar a dramática degradação do meio ambiente, a sociedade atual não tem sido capaz de gerar valores de estimulação, dignidade, generosidade e solidariedade que podem conduzir e mobilizar ideais e forjar projetos de vida, não tem sido capaz de criar o espaço que da capacidade aos sonhos e ao imaginário que são – felizmente – o motor da condição humana e de seu progresso. O desenvolvimento sustentável representa – de alguma maneira – o “valor refúgio” de todas as ideologias e das certezas perdidas.

O segundo paradoxo

Deriva da divergência que existe entre a enorme quantidade de planos, projetos, reuniões e conferências, promessas e documentos oficiais sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a Agenda 21, por parte dos governos – e isto há dez anos – e a exigüidade de realizações concretas no terreno e na vida de todos os dias.

Este paradoxo tem também explicações muito simples. Em primeiro lugar, as ações de desenvolvimento são realizadas principalmente por iniciativas e capitais privados, que superam em várias ordens de magnitude os fundos públicos. Não se trata então simplesmente de decretar que deveria haver um certo tipo de desenvolvimento, e sim de criar as condições institucionais (na máquina do Estado e na formação permanente dos cidadãos) para estabelecer um novo nicho estrutural que habilite e estimule esse desenvolvimento. Agora as duas instituições – os dois pilares da sociedade – as mais refratárias e resistentes a adaptar - se ao contexto atual, à nova sociedade da informação, são precisamente os governos e as grandes universidades.

Em geral, essas instituições tornaram-se muito grandes, pesadas e centralizadas para poder fazer frente aos problemas da vida cotidiana, incluso para fazer-se compreender pelos cidadãos e para poder captar suas aspirações, e muito ineficazes – em um mundo aberto e globalizado – para resolver os problemas do tipo planetário. A falta de uma “governabilidade global” por uma parte e de uma linguagem de proximidade pela outra, é flagrante.

Finalmente, a noção de desenvolvimento sustentável, assim como a de meio ambiente, é transversal tanto desde o ponto de vista conceitual como do operacional. Deveria penetrar toda a máquina do Estado, e não somente as estruturas (ministérios do meio ambiente, mais raramente ministérios do desenvolvimento sustentável) débeis e marginais e, frequentemente, com uma função eminentemente justificativa frente à opinião pública. Se houvesse só um ministro a cargo do desenvolvimento sustentável, deveria ser – em rigor – o de finanças que é o que tem os meios para procurar o desenvolvimento geral de um país.

O terceiro paradoxo

É que, apesar do ceticismo e do pessimismo reinante que são quase gerais, há cada vez mais exemplos concretos na prática – e em todo o mundo – de verdadeiro desenvolvimento sustentável, ainda assim muitos desses desenvolvimentos não são conhecidos nem pelos mesmos governos nem pelos pesquisadores, e às vezes não se inspiram na semântica “sustentável”. Novas aberturas – descentralizadas e transversais – da sociedade da informação os fazem possíveis, assim como algumas vantagens positivas da globalização, admitindo por certo que uma globalização sem regulação põe em evidencia sobretudo seus aspectos negativos.

Se estas ações de desenvolvimento não são conhecidas pelos governos, deve-se a que são extremamente descentralizadas e difusas, não encaixam no marco de uma estrutura administrativa ou de territórios tradicionais e bem definidos. Se elas são ignoradas às vezes pelas universidades e os centros de pesquisas, é devido a que são ações muito transversais, não seguem os limites de uma disciplina e são manejadas por comunidades locais ou por empresas privadas. Estão “fora das normas” com respeito aos critérios que hoje guiam a carreira científica dos pesquisadores, e não lhes aportariam quase nenhum reconhecimento ou vantagem acadêmica.

● ● ● Cinco aberturas da informação para o desenvolvimento sustentável:

A transição pós-industrial e a chegada da sociedade da informação trazem novas aberturas e oportunidades que podem facilitar o estabelecimento de um desenvolvimento relativamente mais sustentável, sobre tudo por uma maior participação e compromisso das comunidades locais e da sociedade civil.

Entre os numerosos signos e características desta transição, se podem destacar os *sete pilares* seguintes.

<O predomínio dos *serviços* (atividades terciárias), no que concerne as inversões, a concentração da população ativa e a criação de novos empregos, sobre as atividades agrícolas e industriais.

<A preponderância dos *recursos humanos* – como fator de desenvolvimento – sobre a simples disponibilidade e utilização dos recursos naturais locais.

<A maior *mobilidade* dos seres humanos, dos recursos, dos capitais, das espécies, devido à debilidade e a permeabilidade das fronteiras anteriores de tipo político, econômico, biogeográfico e ecológico.

<A *aceleração* extremamente rápida das mudanças, assim como a dificuldade de poder as dominar e as prever, o que conduz que certos conhecimentos e práticas de gestão sejam obsoletos e a necessidade incessante de inovações.

<A *descentralização* crescente dos processos de desenvolvimento, que podem estar assegurados cada vez mais por pequenas e medias empresas.

<A importância vital do *meio ambiente* nos processos de desenvolvimento e – reciprocamente – a necessidade absoluta de um nível de desenvolvimento satisfatório para poder alcançar uma conservação dinâmica do meio ambiente e dos recursos naturais.

<A possibilidade e os meios para um reforço sem precedentes, de um verdadeiro renascimento, das *identidades culturais*, regionais e locais.

A mudança mais radical da nova sociedade é que a informação pode ter uma natureza *transversal*, e não circular mas somente de cima para baixo; ela se transformou em *bidirecional*, o acesso à informação significa hoje em dia o fato de poder recebe-la, e ao mesmo tempo cria-la e transmitir-la livremente; isto permite, finalmente, criar *redes* informais (*network*) entre pessoas, comunidades e empresas que compartilham os mesmos interesses, aspirações e sistemas de valor, como fator de reforço e de domínio do desenvolvimento.

Esta transversalidade da informação e do poder inerente a ela, permite uma utilização muito mais capilar e descentralizada, menos hierárquica, que estimula a participação, as iniciativas e as ações locais, favorece as aberturas e as conexões com outras comunidades para acrescentar progressivamente suas forças de união e suas capacidades de produção, e diversificar os canais de produção. As populações locais – também através de sistemas de micro - empreendimentos e de micro - capitalização – podem transformar - se nos atores principais de seu próprio desenvolvimento e da conservação de seus recursos, podem responsabilizar - se pelo seu próprio destino seguindo suas aspirações e suas culturas, podem **criar seu futuro**. É o domínio cultural do desenvolvimento por ações de capacitação e de formação permanente, de habilitação, de ativação de suas potencialidades e da maior autonomia de suas decisões; é o que os autores ingleses definem como o *local empowerment*.

Não há que acreditar que esta utilização transversal da informação seja um luxo dos países ricos. Ela é cada vez mais assimilada e dominada pelas comunidades do Sul, como a ferramenta mais importante para vencer o círculo infernal da pobreza, para encontrar um desenvolvimento com a dignidade e o orgulho de suas próprias culturas.

As cinco aberturas as quais me referirei na continuação, são oportunidades tanto para o desenvolvimento como para a valorização do meio ambiente, são *win-win strategies* no sentido inglês do termo. O desenvolvimento e o meio ambiente saem vencedores juntos e em suas interações. Estas oportunidades, verificadas por mim e por muitos outros em verdadeiros casos práticos, são todas expressadas em termos de acesso a informação.

(1) O acesso à informação digital.

Os novos fluxos de informações transversais, bidirecionais e por redes interativas, permitem ter uma ação concreta e nova essencialmente em dois campos.

Em primeiro lugar, é possível hoje em dia que comunidades muito separadas, fragmentadas e marginais (como nas ilhas do Pacífico, no Ártico, as regiões andinas ou os povos pobres da Índia), mas que compartilham a mesma cultura e aspirações parecidas, podem comprometer - se em conjunto – por gerações quase espontâneas – em projetos de desenvolvimento comuns, aumentando sensivelmente a força, a envergadura e a diversificação de suas ações.

Em segundo lugar, a relação entre a cidade e o campo toma uma dimensão nova. A informação agora, pode estar disponível ao mesmo preço e nas mesmas condições nos dois meios, o urbano e o rural. O êxodo rural por falta de oportunidades não é mais uma fatalidade. A humanidade não está mais destinada inevitavelmente ao despovoamento quase completo do campo e a superpopulação urbana, condições nas quais as possibilidades de regulamentação social e de durabilidade cultural são reduzidas quase a nada. O espaço rural é revalorizado e revitalizado pela introdução de atividades secundárias de elaboração e de atividades terciárias de serviços, assim como por uma agricultura de produtos de qualidade, controlados e com certificação de origem. A formação permanente a distância também é possível e a bom preço. A receptividade dos habitantes dessas regiões a estas novas aberturas da informação é muito boa, inclusive nos lugares mais pobres.

(2) O acesso à informação genética.

A sociedade da informação se caracteriza pela *revolução digital*, quer dizer, por uma utilização mais importante e de tipo diferente (horizontal) do fluxo da informação eletrônica, e pela *revolução biológica*, uma abertura dos sistemas genéticos pela biotecnologia. Sem dúvida, esta exige uma avaliação bem controlada e com profundidade dos riscos dessas manipulações. Se as utilizações da biotecnologia na indústria, em particular a farmacêutica, e na medicina são aceitas – em geral – pela opinião pública, este não é o caso dos transgênicos na agricultura, ao menos na Europa. Não obstante, os transgênicos na agricultura podem ter aplicações muito significativas para a qualidade meio ambiental dos solos e das águas (fluviais e subterrâneas), devido a que eles permitem uma menor utilização de pesticidas e fertilizantes, e facilitam a utilização de certas zonas áridas, pelo uso de variedades de plantas mais resistentes à seca. Em certas zonas da Argentina, obtiveram - se resultados espetaculares no que concerne ao aumento de húmus e dos organismos do solo, o retorno de insetos polinizadores, pássaros e predadores, como também uma diminuição da contaminação dos solos e das águas, sobre tudo quando a utilização de transgênicos tem estado acompanhada pelo sistema de semeadura direta, sem realizar trabalhos.

(3) O acesso à informação econômica do comércio internacional

O comércio internacional é, desde o tempo dos Fenícios, dos Gregos, dos Árabes e dos Venezianos, e inclusive em períodos mais antigos, a mais importante adaptação dos humanos para superar as limitações de heterogeneidade espacial (terras com diferentes potencialidades agrícolas) e temporais (estações desfavoráveis) pelos intercâmbios entre povos e países diferentes. E sobre tudo pelo comércio, que pode lograr uma certa durabilidade da utilização dos recursos. Também os intercâmbios culturais de conhecimento tecnológicos e científicos tem sido estimulados e veiculados pelo comércio. Um comércio internacional eqüitativo (e não é sempre o caso na atualidade) pode permitir alcançar três condições muito favoráveis a um desenvolvimento mais durável.

Em primeiro lugar, pode permitir limitar ou evitar as subvenções que tem tido sempre um efeito perverso sobre o meio ambiente e as sociedades, tanto na escala nacional (aumento de todas as contaminações e destruição das paisagens culturais por uma agricultura industrial que não seria competitiva por ela mesma) como internacional (as subvenções agrícolas a exportação na Europa, Estados Unidos e Japão são muito prejudiciais para o desenvolvimento agrícola dos países do Sul).

Em segundo lugar, o comércio permite escapar a uma auto-suficiência e auto - abastecimento alimentares forçados, que obrigam a diminuição dos ecossistemas a produzir contra seu potencial natural e destruir terras frágeis, áridas e com declividades. *Em terceiro lugar*, o comércio internacional pode permitir uma difusão e uma venda muito mais importante de produtos agrícolas de qualidade e de origem local, e criar as condições para uma grande diversificação de produtos agrícolas de exportação, como é o caso de Chile, de Sul da África e de Nova Zelândia.

(4) O acesso à informação relacionada ao turismo internacional.

O turismo é hoje em dia, o setor econômico e social mais importante, refere - se ao volume dos intercâmbios monetários internacionais e a criação de novos postos de trabalho. É também o setor com a gestão mais descentralizada potencialmente, até o nível de populações locais e de pequenas empresas de caráter familiar. É necessário – certamente – diferenciar entre o turismo de massas e o turismo de qualidade (turismo cultural, ecoturismo, turismo rural, etc.), que está em velocidade de desenvolver - se cada dia mais, da mesma maneira que há uma agricultura industrial de homogeneidade e uma agricultura certificada de produtos de qualidade.

A **economia de qualidade** (*quality economy*) é uma das características crescentes da sociedade da informação. Além disso, as relações entre microempresas agrícolas ou de pesca e aquelas de turismo cada vez mais simbióticas, sobre tudo nos países do Sul. Os *recursos*, para este tipo de turismo, são as diversidades biológicas e culturais. O *meio* é a comunicação eletrônica direta entre os pequenos empresários e os turistas potenciais – por correio eletrônico, páginas de Internet, etc. – com o fim de eliminar no possível o peso dos intermediários e dos grandes operadores de turismo. Hoje, este tipo de turismo é a forma menos custosa e a mais descentralizada para estimular um desenvolvimento econômico ligado a conservação e ao enriquecimento da cultura e da natureza, de suas diversidades. Tomando um exemplo, as conexões de Internet na Ilha de Pascua, para afirmar este tipo de turismo, tem passado em 5-6 anos de 4-5 a mais de 200, e esta ilha goza hoje de um desenvolvimento econômico superior ao do país do qual depende politicamente, Chile.

Este turismo, não tem somente o **objetivo** de aumentar o bem estar econômico das comunidades a menos marginais, é também um **meio** para que essas comunidades reencontrem e desenvolvam o orgulho de sua própria cultura, de sua língua local, de sua história e de seu entorno, e que possam fazer renascer de uma maneira dinâmica e aberta (não estancada e fechada) sua própria identidade. Em uma sociedade da informação tão móvel, este tipo de turismo muito difuso e interativo está destinado possivelmente a converter - se no fator mais importante de intercâmbios culturais, de conhecimento recíproco e de respeito entre os povos.

(5) o acesso à informação tecnológica da inovação

Outra vantagem da durabilidade é a utilização de tecnologias de última geração que põem o acento na precisão e na eficácia, a economia de energia, a desmaterialização e a prevenção dos impactos sobre o meio ambiente e tem como finalidade última chegar ao nível de “zero - resíduos” na utilização de um recurso determinado. Neste caso, elas intervêm ao princípio do ciclo de produção (por exemplo, nas indústrias da pasta de papel), reduzindo de maneira importante o impacto sobre o meio ambiente e os eventuais gastos de descontaminação. Com relação a *agricultura de precisão*, a diminuição e a dosagem precisa na utilização da água, os fertilizantes e os pesticidas preservam um recurso escasso e a biodiversidade do solo. Algumas destas tecnologias tem tido sua origem na investigação espacial e a necessidade crescente de uma miniaturização, ainda com relação a fontes e ao consumo de energia. E particular, os *sistemas geográficos de informação* representam uma ferramenta indispensável para uma melhor planificação do território, gestão da biodiversidade e investigação de um desenvolvimento mais durável.

● ● ● O domínio do desenvolvimento pelas culturas:

Muitas aberturas e oportunidades descritas acima estão relacionadas a considerações tecnológicas e econômicas. Elas são necessárias porque levam para a *sociedade dos conhecimentos*, mas não são suficientes para alcançar um desenvolvimento sustentável. Por uma parte, o tipo de desenvolvimento deveria depender fundamentalmente das aspirações, dos sistemas de valores e das identidades das populações envolvidas. Por outra parte, se as tecnologias e as ferramentas econômicas não estão inseridas num substrato cultural, que por definição não é idêntico de um país a outro, se não estão aceitas e moduladas de maneira apropriada, elas tendem a homogeneização e a imitação de outras, e não para a inovação específica e a diversificação que devem tender. Além disso, uma linguagem econômica tecnicista e científica tem demonstrado que é incapaz de suscitar motivações verdadeiras, e estimulações pessoais, projetos de vida e razões de ser, sem os quais o desenvolvimento carece de sua dimensão essencial de participação, compromisso e linguagem de proximidade.

Observações empíricas sobre o terreno em distintas partes do mundo e análises históricas (por exemplo a sustentabilidade do desenvolvimento, aberto ao comércio, da República de Venécia durante o período que vai desde 1697 a 1797) mostram que há durabilidade no desenvolvimento se as *três condições* seguintes se cumprem.

<A **diversificação** das atividades econômicas, inclusive ao interior de um setor econômico (por exemplo, o turismo) e uma boa distribuição entre atividades primárias, secundárias e sobre tudo terciárias (os serviços e as infra-estruturas). A diversidade representa a estratégia maior de adaptação – frente a situações complexas e imprevisíveis – dos sistemas biológicos e evolutivos, dos sistemas sociais e culturais, como também dos sistemas econômicos.

<A **conectividade** do sistema e de suas populações humanas em estreitas relações com os outros sistemas exteriores (*decorrer* progressivamente as travas até lograr a abertura global), e entre os elementos que compõem esse sistema (*a convivialidade*, ou possibilidade de viver junto por coesão social, sentido cívico e respeito pela diversidade de identidades).

<O **domínio cultural** do desenvolvimento pelas comunidades locais (capacitação, habilitação, acesso aos conhecimentos, responsabilidade, autonomia, espírito de iniciativa, busca de inovação específica). Este domínio cultural se facilita e se faz possível – no caso de populações marginais, isoladas, fragmentadas e pobres – fazendo - se cargo elas mesmas das tecnologias da informação. Marca – pela união o orgulho reencontrado de suas próprias culturas o despertar do espírito empreendedor da imaginação e da esperança, a valorização das identidades culturais e do entorno como fator de desenvolvimento.

Tomando como exemplo entre muitos outros, 28 ilhas da Polinésia, onde eu sigo o desenvolvimento há muito tempo, a condição notável é que cada uma dessas ilhas – às vezes vizinhas tem um tipo de desenvolvimento que é próprio característico, a pesar do fato que estão todas submergidas nas mesmas forças gerais da globalização. As forças locais, as da especificidade do meio ambiente, mas sobretudo das culturas que se voltaram sólidas, orgulhosas de sua história e confiadas em seu destino podem assim interpretar modular, regular, utilizar uma maneira diferente às forças globais da globalização.

Em um mundo globalizado que muda inevitavelmente e que não se pode parar nem voltar atrás, **a sustentabilidade do desenvolvimento depende sobretudo da adaptação cultural à mudança.** Haveria que falar melhor sobre a adaptação das mudanças sucessivas intrinsecamente imprevisíveis e a disponibilidade das comunidades para enfrentar essas mudanças de forma específica sem renunciar de suas raízes pelo contrário tomando forças delas para adaptar – se melhor. É à base da diversificação das culturas e dos modos de desenvolvimento a base para construir seu próprio futuro.

Evidentemente, adaptar - se significa a aceitação passiva e de uma maneira quase fatalista as forças que vêm do exterior. A adaptação é um ato voluntário que implica principalmente o domínio e a modulação das forças da mudança.

A inserção da modernidade das inovações sobre culturas que mantêm sua especificidade e vitalidade, como também a defesa e a valorização de sua própria identidade, mas com respeito, a curiosidade, a abertura e a interação com a cultura dos outros, são as duas condições para acrescentar as diversidades do mundo e para enfrentar assim o desafio do desenvolvimento sustentável na sociedade global da informação.

PROGRAMAÇÃO

Local: CLUBE CAIXEIRAL, Praça Coronel Pedro Osório, 106

Congresso da Cidade 2002

Sexta - 09/08/02
noite

18h00 - COQUETEL E CREDENCIAMENTO

19h - ABERTURA

- Fernando Marro (Prefeito Municipal)
- Antônio C. P. Soler (Secretário Municipal de Planejamento Urbano)
- João Carlos Coutin (Representando o governo do Estado)
- Francisco Di Castro (Diretor do Conselho Regional do Centro Nacional Farcid)
- Rubén Pesci (Presidente CEPAFIACAM)
- Cíntia Machado (Centro de Estudos Ambientais)
- Vítorio Andizsoni (Presidente do CONPLAD)
- José Luiz Esteves (Representando Conselho Internacional de Indústrias Ambientais Locais)
- Cecília Hippólito (Deputada Estadual)

20h - CONFERÊNCIA

"Viver a transição pós-industrial:
O papel da cidade na busca da transformação."

- Dr. Francisco Di Castro
Dr. de Investigações do Centro Nacional Francês para a Pesquisa Científica, Pós de Ecologia e Evolução, Universidade de Montpellier, França;
Membro do Conselho Científico ILACAM (Forum Latino Americano de Ciência Ambiental)

Sábado - 10/08/02
manhã

Dias 8h30 às 12h - CREDENCIAMENTO

9h - LEITURA E APROVAÇÃO DO
REGIMENTO INTERNO

- Antônio C. P. Soler - Coordenação da mesa (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano)
- Eng. Agr. Carlos Comissello - Secretário da mesa (CEMIBrazil - Centro de Estudos e Planejamento Ambiental)

9h30 - CONFERÊNCIA

"Novo marco para o planejamento do município
de Pelotas: 13 idéias força"

- Antônio C. P. Soler Secretário Municipal de Planejamento Urbano
- Rubén Pesci - De Planejamento Urbano, Presidente CEPAFIACAM
- Joseane Almeida, Coordenadora de Planejamento Urbano da SEURSI/PMPel.

10h30 DEBATES

tarde

14h - VÍDEO CONGRESSO

Apresentação da Carta do Congresso Júnior da Cidade

14h30 - DEBATE DAS 13 IDÉIAS FORÇA EM

4 GT's divididos em escalas:
Regional/Macroscu, Inter municipal/Interdistrital,
Urbana e Centro Histórico

16h - INTERVALO

Sábado - 10/08/02

16h30 - RELATOS DOS GT'S E
AJUSTES DAS IDÉIAS FORÇA

17h30 - APROVAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL
E DA CARTA DO CONGRESSO:
NOVO PACTO PARA A CIDADE

- Todos os 4 relatores dos GT's;
- Rubén Pesci (Dr. Planejamento Urbano, Presidente CEPAFIACAM);
- Vítorio Andizsoni (Presidente do CONPLAD);
- Antônio C. P. Soler - coordenação da mesa (Secretário Municipal de Planejamento Urbano)
- Joseane Almeida - secretária da mesa (Coordenadora de Planejamento Urbano da SEURSI/PMPel)

18h ENCERRAMENTO

- Fernando Marro (Prefeito Municipal)
- Antônio C. P. Soler (Secretário Municipal de Planejamento Urbano)

Art. 1º - O tema do I Congresso da Cidade de Pelotas é um **“NOVO PACTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PELOTAS SUSTENTÁVEL”**

Art. 2º - É objetivo do I Congresso da Cidade de Pelotas é discutir e aprovar a **CARTA DO I CONGRESSO DA CIDADE DE PELOTAS**, recolher sugestões e/ou propostas para a implementação das treze idéias força discutidas e acordadas no Pré Congresso da Cidade, bem como fomentar a participação popular.

Art. 3º – Cabe a Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEURB, a coordenação dos trabalhos desenvolvidos no I Congresso da Cidade de Pelotas, bem como adotar todas as medidas necessárias para sua realização.

Art. 4º - O credenciamento realizar-se-á das 8h30min às 12:00h, do dia 10/08, junto à secretaria do Congresso.

Parágrafo Único – No ato do credenciamento, o congressista será identificado por um crachá, no qual estará descrito com um dos números “1”, “2”, “3” ou “4”, referentes aos Grupos de Trabalho, como segue:

º - Cada Grupo de Trabalho terá um coordenador, conforme artigo anterior e elegerá um relator(a).

Art. 6º - A discussão dos Grupos de Trabalho será orientada a partir das Idéias Força, conforme a respectiva escala.

Art. 7º – Cada GT deverá elaborar um relatório por escrito e sucinto do tratado, destacando os encaminhamentos o qual será entregue a coordenação dos trabalhos.

Art. 8º - Cada Grupo terá 15 minutos para apresentar o relatório final daquilo que foi tratado, no momento indicado na Programação Oficial do I Congresso da Cidade.

Art. 9º - Poderão participar do I Congresso da Cidade de Pelotas qualquer cidadão.

Art.10º - Terão direito à voz e voto os delegados, como segue:

I - 03 delegados das entidades públicas ou privadas que participaram de alguma das Audiências Públicas denominadas Fórum Intersetoriais;

II - 01 delegado das entidades públicas ou privadas que não tenham participado dos Fóruns Intersetoriais e que se credenciarem para o Congresso da Cidade, na forma desse Regimento;

Art.11 - São delegados natos:

I - Todos os conselheiros do Orçamento Participativo Municipal;

II – Todos os vereadores municipais;

III – Todos os secretários municipais, diretores e presidentes de autarquias e empresas públicas municipais, os quais poderão indicar representantes;

Art. 12 – A inscrição no I Congresso da Cidade, nos termos desse Regimento Interno, é condição para o reconhecimento do inscrito como delegado.

Art. 13 – Terá direito a voz todo aquele que se credenciar para o Congresso da Cidade, nos termos desse Regimento, mesmo não estando representando alguma instituição.

Art.14 – Ao final dos trabalhos será votada a Carta do Congresso: “NOVO PACTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PELOTAS SUSTENTÁVEL”.

Art. 15 – Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação dos trabalhos do I Congresso da Cidade.

grupos de debate sobre as 13 idéias força:

1 Grupo de Trabalho "1" – Escala Regional/Mercosul

Idéias força:

- O PÓLO DO SUL
- A CIDADE DAS LAGOAS NO "CAMINHO DO GAÚCHO"
- FAROL CULTURAL

Coordenador: Arquiteto Gerson Zaffalon

2 Grupo de Trabalho "2" – Escala Interdistrital/Intermunicipal

Idéias força:

- REDE DE ARTICULAÇÃO INTERMUNICIPAL E INTERDISTRITAL
- MATRIZ VERDE REGIONAL
- EIXO AGROINDUSTRIAL, ECOTURÍSTICO E RESIDENCIAL
- FLUXOS DE MATÉRIA E ENERGIA

Coordenador: Eng. Agrônomo Carlos Comasseto

3 Grupo de Trabalho "3" – Escala Urbana

Idéias força:

- MATRIZ VERDE E AZUL URBANA
- CIDADE MULTIPOLAR
- OTIMIZAÇÃO DO SOLO URBANO
- ESTRUTURAVIÁRIABIDIRECIONAL

Coordenadora: Arquiteta Joseane Almeida

4 Grupo de Trabalho "4" – Escala Centro Histórico

Idéias força:

- CENTRO URBANO AMPLIADO
- A CIDADE HISTÓRICA

Coordenador: Arquiteto Jorge Perez

...carta dos moradores do bairro santa terezinha...

" SUGESTÕES PARA O PROCESSO DO CONGRESSO DA CIDADE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

- 1ª) Estradas ligando bairros, para melhorar o fluxo de veículos.
- 2ª) Integração cidade colônia, com acesso possível de transitar diminuindo o intermediário, barateando o produto.
- 3ª) Aumento de horários para feiras livres nos bairros.
- 4ª) Calçamento total, para melhor qualificar a região, além de valorizar o imóvel; movimentar o fluxo de moradias.
- 5ª) Usina de reciclagem no local (bairro), onde o dinheiro será revertido para melhorias do mesmo.
- 6ª) Cooperativismo, baseado nas qualificações dos moradores do bairro, reverte em impostos.
- 7ª) Transporte de qualidade, com horários menos espaçados, diversificação de linhas (itinerários).
- 8ª) Educação ambiental para todos, com textos de fácil interpretação, menos sensacionalismo e mais qualidade.
 - Identificar problemas como desperdício de água;
 - A classificação do lixo, educar e manter ligações com a comunidade, sempre atualizando informações;
 - Coleta seletiva;
 - Parque de lazer, com instalações mínimas para o desenvolvimento esportivo (caminhadas, jogos, sombra para um bom chimarrão, bancos,...).

- Salientar a necessidade de manter lâmpadas nos postes, incentivar a denúncia quando da depredação;
- Acabar com a cultura de reclamação, incentivando os moradores a criar e propiciar soluções que possam ser realizadas pelos mesmos.
- Arborização, com responsabilidade;
- Calçadas para evitar o trânsito na rua.
- Fim das valetas;
- Diminuir a quantidade de animais soltos, gatos, cães, cavalos, ..., exigir fiscalização.

9ª) Escolas Municipais.

- Aumentar o número de vagas;
- Transformar o Oswaldo Cruz, em uma escola noturna de ensino fundamental a médio.
- Criar uma Biblioteca Pública, beneficiando os moradores da região (associação), com doações.

10ª) Segurança.

- Aumentar o policiamento;
- Incentivar a denúncia; relacionada a marginais;
- Integrar polícia - moradores para reconhecimento.

A região das Três Vendas vem sendo negligenciada há anos, talvez por ser considerada uma região "rica", que na verdade está pobre. A infraestrutura desta região é de péssima qualidade, já que existe valetas, valetões, ruas sem calçamento, falta de iluminação pública, policiamento deficitário. A violência que é um ponto obscuro no nosso país, aqui tem se mostrado cruel e impune, porém nada pode ser feito sem a participação da comunidade, através de projetos para desenvolver (crescimento), gerando empregos, logo diminuindo as diferenças.

A integração da comunidade com as propostas feitas deve ser total e com esclarecimentos, para que haja uma qualificação e quantificação do espaço humano. Este projeto proposto tem este objetivo, por isso as propostas acima estão baseadas na realidade desta região, porém deve-se buscar mais informações e cooperação das comunidades em geral, até porque cada cidadão tem direito a opinar e buscar soluções."

Para quem quiser saber mais, consulte o livro "Oswaldo Cruz, um século de história"

Os participantes da II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, realizada nos dias 25 e 26 de julho de 2002, nas dependências da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, tendo como tema geral SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER: PERSPECTIVAS DE DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR, deliberaram e aprovaram os seguintes encaminhamentos:

1. a perspectiva que entende as práticas sociais-culturais esportivas, lúdico-esportivas, recreativas e de lazer como direitos sociais sendo, portanto, dever do Estado fomentar, apoiar e implementar políticas públicas sociais que atendam as demandas da população nestes setores;
 2. os princípios e diretrizes orientadores da gestão e implementação das políticas públicas de esporte e lazer definidos na I Conferência Municipal de Esporte e Lazer:
 - 2.1. princípios: participação popular, co-gestão, descentralização, democratização, ética e transparência administrativa, eficiência e eficácia social, inclusão social e sustentabilidade;
 - 2.2. diretrizes: democratização do acesso às práticas sócio-culturais esportivas, lúdico-esportivas, recreativas e de lazer; recuperação, manutenção e expansão de espaços públicos destinados às práticas sócio-culturais esportivas, lúdico-esportivas, recreativas e de lazer, observando os direitos de acessibilidade dos portadores de deficiência física; desenvolvimento e implementação de projetos que favoreçam a melhoria da saúde e qualidade de vida da população; desenvolvimento e implementação de projetos que favoreçam a inclusão de parcelas da população sem acesso às práticas sócio-culturais esportivas, lúdico-esportivas, recreativas e de lazer; fomento às atividades comunitárias esportivas, lúdico-esportivas, recreativas e de lazer; apoio às iniciativas da sociedade civil organizada no setor de esporte e lazer; capacitação e formação de agentes sociais de esporte e lazer.
 3. a criação de um órgão público responsável pelo planejamento, gestão e implementação de políticas públicas sociais no setor de esporte e lazer na estrutura política-administrativa da Prefeitura Municipal de Pelotas, com autonomia administrativa, financeira e contando com recursos humanos e materiais adequados ao desenvolvimento destas políticas;
 4. a proposta (em anexo) do Projeto de Lei que cria o Sistema Municipal de Esporte e Lazer que define:
 - 4.1. a constituição paritária (entre órgãos públicos e representantes da sociedade civil organizada) do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;
 - 4.2. a articulação das Leis sobre o financiamento do esporte e lazer na cidade de Pelotas (Lei de Incentivo e Lei do FUNDESP);
 - 4.3. os vínculos entre este Sistema Municipal, o Sistema Estadual de Esporte e Lazer e o Sistema Nacional de Esportes, necessários ao desenvolvimento de políticas públicas sociais neste setor;
 5. a necessidade de definir recursos orçamentários específicos para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas sociais que ampliem o atendimento das demandas da população por esporte e lazer;
 6. a criação de uma comissão de representantes dos participantes da II Conferência Municipal de Esporte e Lazer que terá a responsabilidade de encaminhar as deliberações aqui apresentadas à Prefeitura Municipal de Pelotas, na pessoa do Prefeito Municipal e ao Congresso da Cidade para discussão e aprovação.
- A II Conferência Municipal de Esporte e Lazer contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas, representantes da sociedade civil vinculados ao setor de esporte e lazer, entre elas, representantes de academias, clubes sociais, SME, FUNDERGS, Câmara Municipal de Pelotas, Associações de moradores, Associações Esportivas, Associação dos Deficientes Físicos, Centro Acadêmico da ESEF, professores da rede municipal estadual e federal entre outros, conforme listagem abaixo assinada:

SÍTIO HISTÓRICO DE PELOTAS: ONDE É?

delimitação perceptiva do sítio histórico

Mestrado em Desenvolvimento Sustentável - FLACAM

Arquiteto Luiz Augusto King

Coordenador CSEN - SEURB - PMP



O trabalho de pesquisa relativo ao título acima, cujo objetivo específico visa a delimitação do centro histórico da cidade de Pelotas, está sendo desenvolvido em nível de mestrado, como integrante da Maestria em Desarrollo Sustentable 2002-2003 instituída pela FLACAM – Foro Latinoamericano de Ciências Ambientales sob os auspícios da UNLa - Universidad Nacional de Lanus, Argentina.

O projeto tem como objetivo geral, contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável da cidade fortalecendo a identidade local e o sentimento de cidadania da população através da definição dos limites do centro histórico, permitindo a fácil identificação da área, bem como sua valorização.

A necessidade do estudo de delimitação está justificada pelo fato notório da degradação acentuada do patrimônio ambiental urbano hoje verificada na cidade de Pelotas, especialmente causada pela indefinição de limites para o centro histórico com conseqüente desvalorização e perda de interesse por parte da população local.

O projeto tem como premissas básicas a preservação do patrimônio ambiental urbano, a qualificação estética e funcional do ambiente urbano, o reforço da identidade arquitetônica e urbanística local, bem como a participação como elemento fundamental da projeção ambiental.

No decorrer dos trabalhos, a população bem como os demais atores envolvidos serão fonte de informação importante e fundamental. Dessa forma, acredita-se que esse trabalho poderá contribuir para o desenvolvimento sócio-ambiental do município, auxiliando e adicionando importantes conclusões ao processo hoje instalado de revisão de conceitos e estruturação de um novo sistema de planejamento e produção da cidade, baseado nas 13 Idéias Força para Pelotas.

Na primeira fase do trabalho, já desenvolvida, buscou-se identificar os elementos estruturadores do centro histórico à partir da análise de mapas mentais e entrevistas concedidas pela população, de forma representativa, num universo de 100 entrevistados, sendo que destes a metade constituiu-se de leigos e a outra metade de profissionais do setor. Buscou-se também descobrir qual a percepção destes usuários do espaço urbano no que diz respeito ao tipo de mobiliário a ser utilizado numa possível requalificação de áreas de interesse histórico na cidade.

Para esta entrevista utilizou-se o questionário apresentado a seguir, o qual foi aplicado durante a realização do Congresso da Cidade:

Esta pesquisa faz parte de um estudo que busca investigar os limites do centro histórico de Pelotas. O objetivo deste questionário é saber de que forma você o percebe e o que você pensa sobre certos aspectos que o compõe. Lembre-se que não existem respostas certas ou erradas, o que importa é a sua opinião honesta. Por favor, não deixe de responder nenhuma questão para não invalidar o questionário.

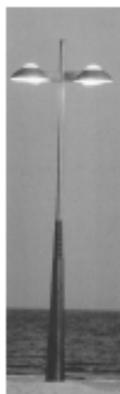
1. Na sua opinião, quais as ruas que limitam o centro histórico?
2. No centro histórico, quais os lugares que mais lhe chamam atenção? Porquê?
3. Você acha que a aparência do centro histórico é diferente do resto da cidade? Em que aspectos?
4. Se você tivesse que mandar fotos do centro histórico de Pelotas a um amigo que não conhecesse a cidade, quais locais você escolheria para fotografar? (no mínimo 2).
5. Imagine-se no local desta cena da rua Félix da Cunha (entre Sete de Setembro e Princesa Izabel).



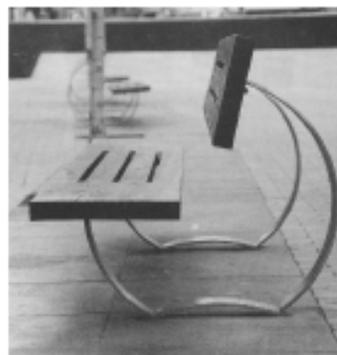
Foto: Guto King

Quais destes tipos de luminária e banco você escolheria para utilizar num projeto de revitalização da mesma?

luminárias



bancos



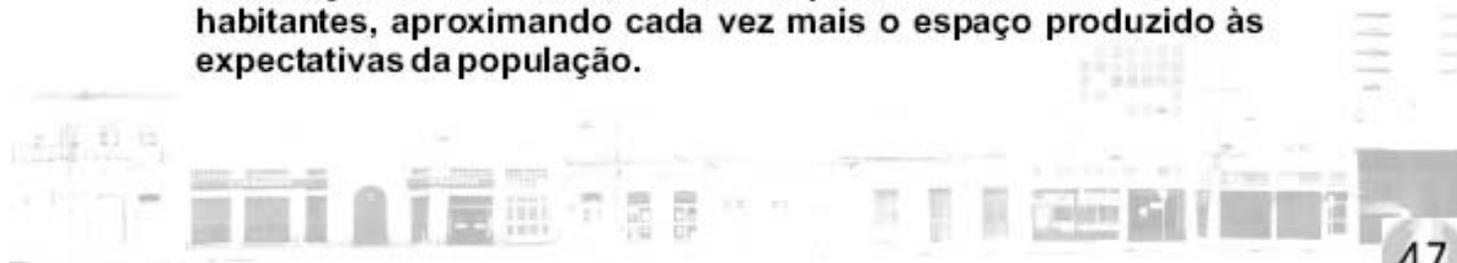
6. Imagine que um amigo seu não conhece Pelotas e está vindo à passeio. Entre outras coisas, ele quer visitar o centro histórico. Considerando que você não estará na cidade para acompanhá-lo, desenhe um mapa para auxiliá-lo na visita (não se preocupe com a qualidade do desenho, pois o importante são as informações que você vai colocar).

Os resultados esperados são aqueles inerentes aos da pesquisa aplicada.

Com relação aos aspectos teóricos pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as relações entre sustentabilidade e qualificação urbana, analisando-se interações nos campos social, econômico e ambiental. Pretende-se ainda desenvolver questões específicas sobre a temática da sustentabilidade no processo de desenho urbano.

No campo da prática pretende-se obter diretrizes que possam compor um programa de qualificação ambiental a ser estendido para toda a cidade, na forma de um projeto que prime pela qualidade dos detalhes e que possa ser implantado pelo poder público como um protótipo de desenho urbano sustentável.

Como resultados mais gerais espera-se poder contribuir para a construção de uma cidade mais adequada ao bem estar de seus habitantes, aproximando cada vez mais o espaço produzido às expectativas da população.



Academia Sul- Brasileira de Letras, ACP -Assoc. Comercial de Pelotas, AEAP -Assoc. dos Engenheiros e Arquitetos de Pelotas, AMIZ -Unidade de Formação e Capacitação Humana e Profissional (ONG) , ASAP - Associação do Atletismo de Pelotas, ASDEFIPEL - Associação dos Deficientes Físicos, Associação Comunitária Balneário dos Prazeres, Associação de Bairro Sta. Terezinha, Bloco Carnavalesco Tesouro da Várzea, Brigada Militar, C. Central Soc. São Vicente Pa, CDD- Centro de Desenvolvimento do Dunas, CEA, Centro Acadêmico de Filosofia-UFPel, Centro Acadêmico de Medicina Veterinária, CET /RS -Centro de Estudos Toxicológicos, Cidadania e Vida, Clube dos Montanhistas de Pelotas, CODENE-Conselho do Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, Coleta Solidária, Comunidade Nossa Senhora do Rosário, CONPLAD, Conselho da Mulher, Cooperativa do Livro, CORSAN, Creche Lar da Criança São Luiz Gonzaga, D.A.Agronomia-UFPel, DAER, Direito-UCPel, EMBRAPA, EMEA-Escritório Modelo UCPel, Farma SUS, FITUR, GITE -Grupo Integrado de Turismo Especializado, Hectare, Instituto Mário Alves, Loja Maçônica Ordem Demolay/Brasil N°3, Mar de Dentro, MOVA-Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Governo do Estado), MST, Partido Verde, Patrulha de Limpeza Urbana, Porto de Pelotas, Secom, SECOVI, Secpel, SEMA-Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região, Sindicato dos Pescadores Z-3, Sindilojas, SINDUSCON, SINDVESTSUL-Sindicato das Indústrias do Vestuário da Zona Sul, Sintaxis - Sindicato dos Trabalhadores de Táxis de Pelotas, SMEC (Cerrito), Sociedade de Psicologia de Pelotas, Teia Ecológica, UCPel-Arquitetura, UCPel-D.A. Florestan Fernandes, UCPel-Ecologia, UFPel-Arquitetura, UFPel-Geografia, UFPel-ICH, UFPel-ISP.

13 IDÉIAS FORÇA

COMO BASE
PARA UM NOVO
PACTO DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO-RURAL
SUSTENTÁVEL



Gestionar um acordo municipal, aproveitando as diferenças e não competindo nas semelhanças, para posicionar melhor ambas cidades no contexto Mercosul, através de projetos conjuntos de transporte e turismo.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Falta de escala dos grandes equipamentos funcionando isoladamente.
- Falta de complementariedade política de efeito regional.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Iniciar um processo de complementariedade para ter políticas comuns em equipamentos e turismo.
- Ter um aeroporto em comum com maior frequência de vôos
- Reativação da ferrovia para viagens mais fluidas e facilitar a complementariedade.
- Aproveitamento da diversidade de paisagens como oferta turística.
- Eixo interurbano de uso sustentável no corredor natural que une Pelotas com Rio Grande.

programas e projetos identificados:

- Criação de um Fórum Regional de Gestão Integrada contemplando também os municípios vizinhos ao Pólo, buscando:
 - identificar e elaborar planos de ação conjunta em temas relativos à comunicação, transporte, cultura, lazer, etc., entendendo as peculiaridades de cada município;
 - formatar produtos e serviços para potencializar o turismo.

REDE DE ARTICULAÇÃO INTERMUNICIPAL E INTERDISTRITAL

Descentralização e coordenação na prestação de serviços

Fortalecer a capacidade de decisão e gestão das populações rurais nos Conselhos Distritais e nas Subprefeituras. Facilitar o conhecimento de necessidades e iniciativas entre os distritos e municípios vizinhos para articular políticas em comum.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Desarticulação intermunicipal.
- Forte centralização no Centro de Pelotas.
- Tendência dos distritos rurais à emancipação.
- Perda de atividades e funções por parte dos distritos rurais.
- Isolamento rural.

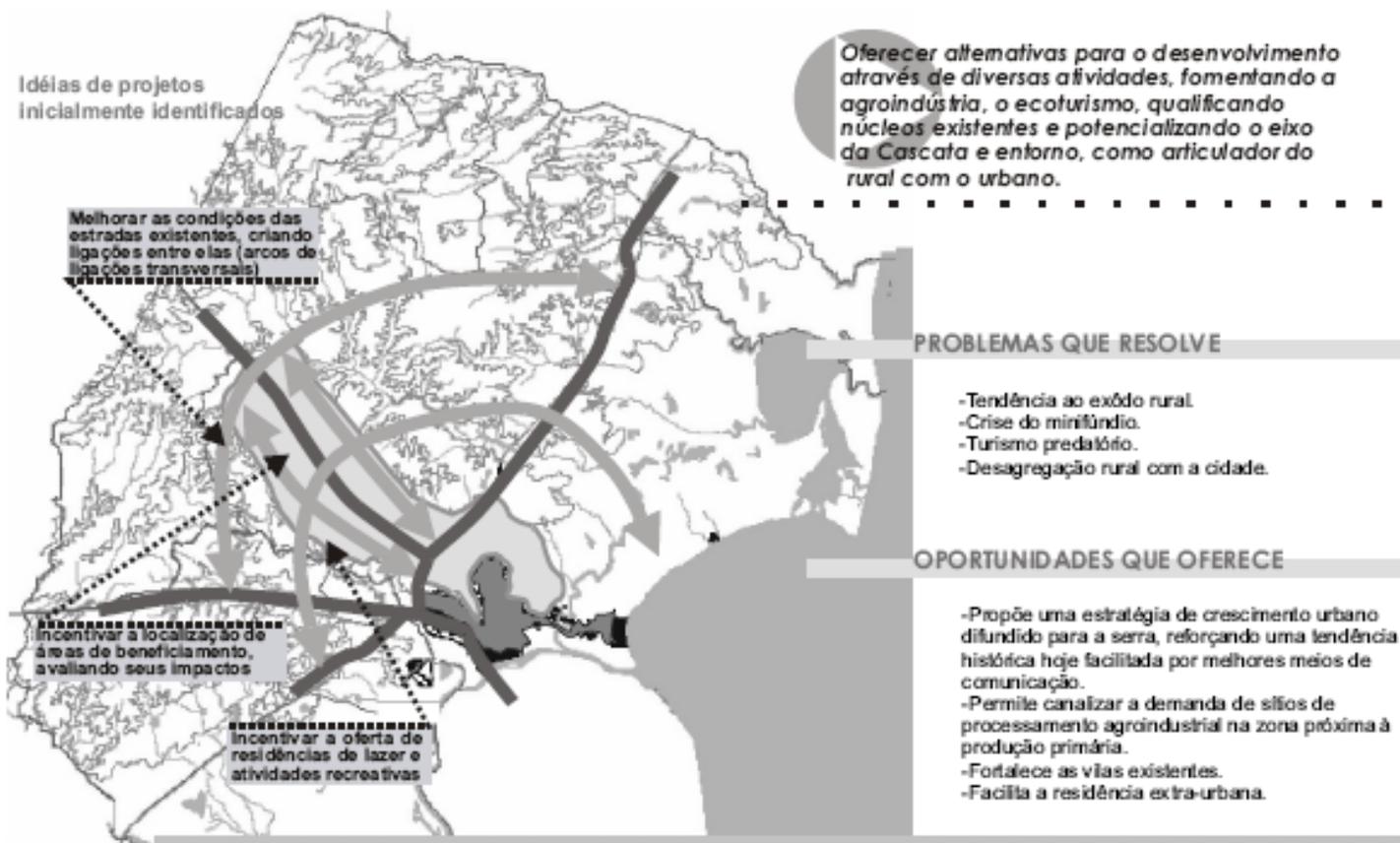
OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Outorga maiores atribuições e capacidade de decisão às subprefeituras municipais, permitindo descentralizar tarefas desde o Centro para os distritos.
- Promove a coordenação na prestação de serviços entre os municípios limítrofes e os distritos rurais para diminuir a dependência com o Centro.
- Facilidade de articulação física entre distritos.



programas e projetos identificados:

- Criar unidades de planejamento distrital, fortalecendo sub-prefeituras e conselhos distritais;
- Aquisição e recuperação de maquinário;
- Dotação de equipamentos e infra-estrutura, e fortalecimento de estradas distritais existentes, no sentido transversal às estradas principais, criando arcos de conexão interdistritais e intermunicipais (Pelotas, Turuçu, Arroio do Padre, Morro Redondo e Capão do Leão);
- Fortalecimento do Fórum Intersetorial, que participará do Fórum Regional.



programas e projetos identificados:

- Proposição de um programa de agroindústria e agroecologia que contemple todos os distritos segundo suas atividades e potencialidades;
 - constituição de um Programa de Turismo Rural que contenha: a conscientização da população quanto às atividades desenvolvidas e educação no sentido de preservar e valorizar os costumes culturais e acervos históricos da região; estímulo à formação de cooperativas;
 - a constituição e qualificação de rotas que possam ser incluídas no Caminho do Gaúcho.

Posicionar a cidade como capital de turismo náutico da Lagoa dos Patos e organizar uma rede de Centros de Tradições Gauchescas para o desenvolvimento econômico da região.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Falta de uma atividade turística destacada.
- Desaproveitamento para a atividade turística de atrativos e valores naturais e culturais

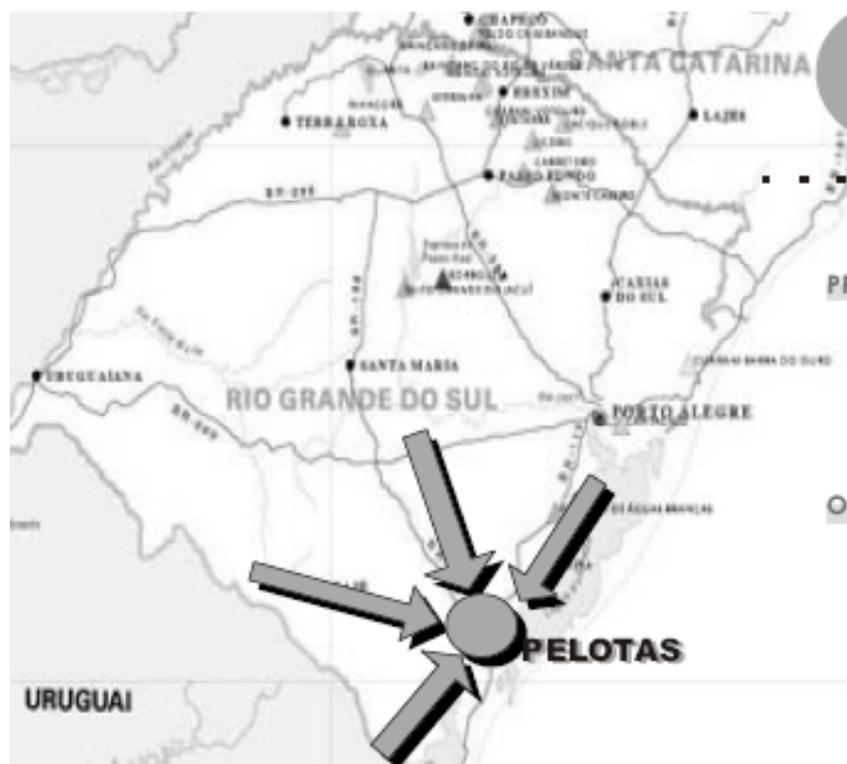
OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Desenvolver negócios turísticos vinculados à navegação recreativa e de passageiros desde Pelotas até Porto Alegre.
- Oferecer oportunidades econômicas à zona rural criando ecomuseus gauchescos no percurso internacional "Caminho do Gaúcho"



programas e projetos identificados:

- Promoção do transporte turístico de passageiros pela Lagoa dos Patos desde Porto Alegre até Pelotas, Rio Grande e Lagoa Mirim;
- Promoção de campeonatos náuticos desde Porto Alegre até Pelotas;
- Incentivo às feiras vinculadas à produção cultural rural;
- Incentivo à criação de pequenas e médias empresas do turismo rural;
- Caminho do Gaúcho: surgido como Programa em 1995, é em síntese uma Rede de Ecomuseus da natureza, cultura, produção local e recreação permanente, com os serviços turísticos de acompanhamento, gerando em seu conjunto uma grande oportunidade de cultural, onde poderá ser trabalhado o conceito de "gaúcho" e a diversidade cultural.



Fortalecer a vocação cultural e de ensino de Pelotas na região para atrair a população estudantil.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

-Desaproveitamento do potencial econômico e do bom nível de atividades culturais e serviços da tradição educativa de Pelotas.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

-Atrair mais estudantes da região, criando mais atividade econômica e movimento urbano.
-Criar centros de conhecimento avançados como oferta para o desenvolvimento empresarial e tecnológico da região.

programas e projetos identificados:

- Investimentos para potencializar a procura por ensino médio e universitário de Pelotas no contexto local e regional;
- Incentivo à uma rede de facilidades comerciais e imobiliárias para estudantes e promover a urbanidade;
- Eventos culturais, gastronômicos, tecnológicos, de etnias, carnaval, teatro, música, tradições gaúchas, etc.
- Banco de informações sobre projetos oriundos dos mais variados setores, como forma de potencializar ações e também de incrementar projetos;
- Parceria com universidades para direcionar seus projetos de extensão às necessidades locais.

Áreas protegidas com uso social e produtivo conciliado à preservação

Reconhecimento do patrimônio natural e compatibilização das atividades desenvolvidas pelas comunidades inseridas nessas áreas. Previsão de usos adequados para as áreas com valor ambiental.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Deterioração de recursos naturais.
- Abandono de práticas culturais e técnicas tradicionais.
- Perda de identidade do meio rural.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Propõe uma estratégia de manejo integrado de todas as áreas com valor ambiental do Município isoladas. Propõe critérios de manejo sustentável para o território circundante, com base em acordos intermunicipais.
- Promove práticas agroecológicas e artesanais.
- Reforça e diversifica o turismo.



programas e projetos identificados:

- Incentivos às práticas agroecológicas e artesanais;
- Constituição de um zoneamento ambiental e agroecológico do pólo de municípios integrados para a avaliação da matriz verde regional, que orientará os usos;
- Formação de uma equipe integrada (Município, Estado, União, entidades públicas e privadas) que atue na fiscalização de ocupações irregulares e no manejo das áreas a serem conservadas;
- Envolvimento do município na consolidação da APA das lagoas;
- Criação de uma Reserva da Biosfera na região da Lagoa Pequena.

Definir os limites de expansão urbana criando parques naturais inseridos no contexto da cidade com os objetivos simultâneos de proteger o ambiente e garantir seu uso pela população.



PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Resolver integralmente o manejo dos entornos naturais imediatos da área urbana, evitando sua poluição e degradação.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Define os limites de crescimento e expansão urbana, criando parques urbanos naturais com o objetivo de conservar a natureza e deste modo garantir seu uso por toda a população.

programas e projetos identificados:

- Plano Diretor de Esgotos;
- Tratamento paisagístico dos canais.

Garantir o direito à cidade aumentando a densidade média e otimizando o uso do solo e da infra-estrutura existente.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

- A exclusão social e a perda do direito à cidade, produto da dispersão urbana com baixíssima densidade e um tecido extremamente descontinuo.
- Ausência de limites claros à expansão urbana.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

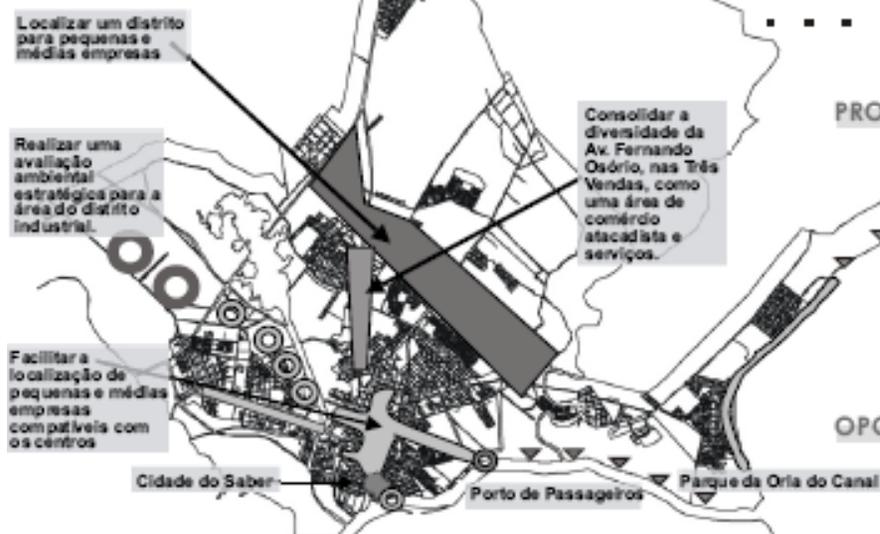
- Ocupa os vazios existentes dotados ou parcialmente dotados de infra-estrutura e serviços.
- Promove o uso sustentável do espaço urbano, fazendo factível economicamente o fornecimento de serviços, os que não se pode oferecer com modelos excessivamente dispersos.
- Propõe uma política de habitação popular diversificada e densificadora da cidade constituída.
- Redefine os limites de aglomeração.
- Gera uma área rururbana de produção rural intensiva.
- Reduz a demanda de oferta de terra.



programas e projetos identificados:

- Definição de padrões de uso de acordo com a Matriz Verde e Azul, infra-estrutura, etc., variáveis nas zonas distintas, rural e urbana;
- Programas e políticas para a Habitação Popular;
- Legislação Municipal baseada no Estatuto da Cidade.

Reforçar a identidade dos bairros, distribuindo oportunidades de urbanidade e trabalho, criando novas centralidades distribuídas e valorizando também a presença da história da cidade através da memória dos bairros.



PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Excessiva concentração de funções no centro.
- Contínuo congestionamento de trânsito devido a concentração comercial.
- Falta de urbanidade nos bairros.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Propõe a descentralização urbana, mediante novas atividades direcionais nos sítios característicos;
- Estende a idéia de Cidade Histórica (Idéia Força 12) a toda cidade.

programas e projetos identificados:

- Fóruns Locais de Planejamento;
- Planos de Bairro e Planos Temáticos.



Suparte físico para a idéia de múltiplas centralidades.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

-Concentração e congestionamento de uma estrutura urbana radioconcêntrica.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

-Reestrutura o transporte em rede, reforçando a conexão da malha viária urbana ao eixo agro-industrial;
-Abre o centro à multicentralidade e ao fortalecimento dos bairros.



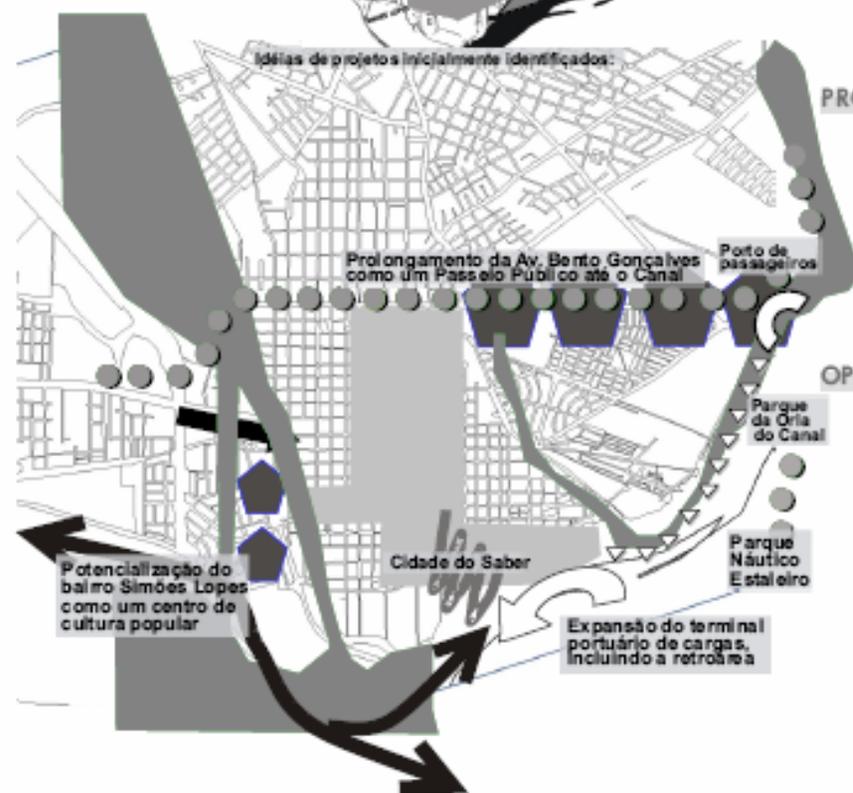
Corredor Verde, ligando o bairro Fragata ao Laranjal, com uso diversificado, compatibilizando trânsito, ciclovias e lazer

programas e projetos identificados:

- Projeto de Arborização Urbana;
- Tratamento paisagístico nos eixos principais da rede viária;
- Qualificação das vias principais da rede com tratamento adequado de pavimentação, ciclovias, calçadas, mobiliário, iluminação, etc.;
- Reformulação dos itinerários do Sistema de Transporte Coletivo, aproveitando a malha viária proposta;
- Projeto de informação à comunidade sobre o uso da nova estrutura de trânsito



Canalisar positivamente a tendência de crescimento do Centro Histórico para o Norte e incentivar a expansão da centralidade até o Canal. Produzir atrativos fora desse perímetro, aliviando a pressão sobre o Centro Histórico.



PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Esvaziamento tendencial ao Norte;
- Dicotomia Cidade -Canal.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Novas oportunidades imobiliárias, culturais e de lazer;
- Cria a relação Cidade-Água.

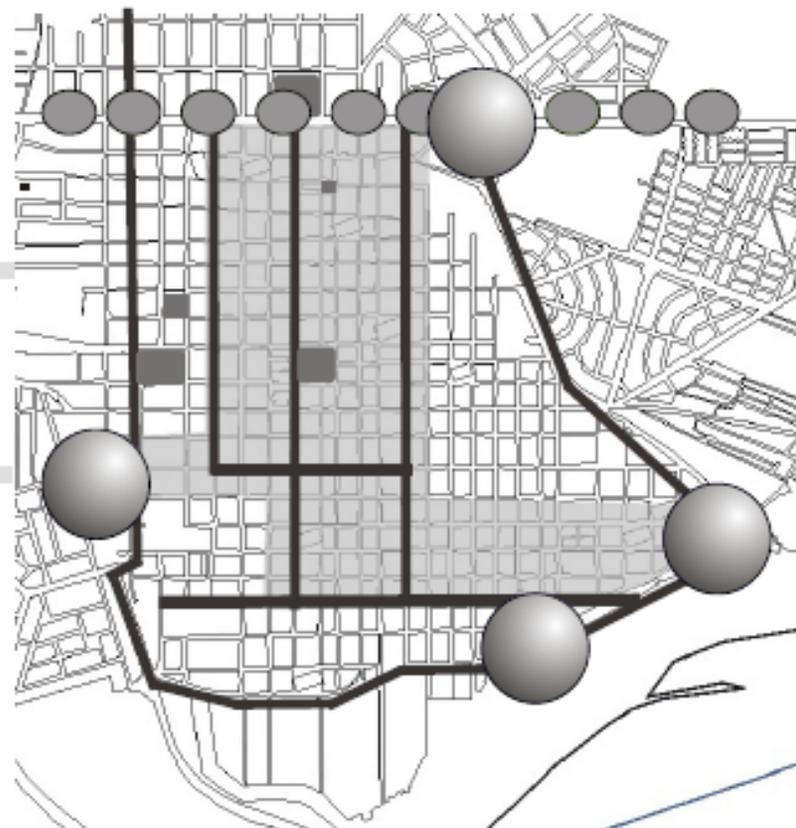
Dar dimensões urbanas e não apenas arquitetônicas ao patrimônio construído, para aportar a conservação e preservação das edificações.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Deter a destruição e a deteriorização do patrimônio arquitetônico.
- Barreiras sociais para o Centro.
- Perda de identidade histórica / cultural da cidade.

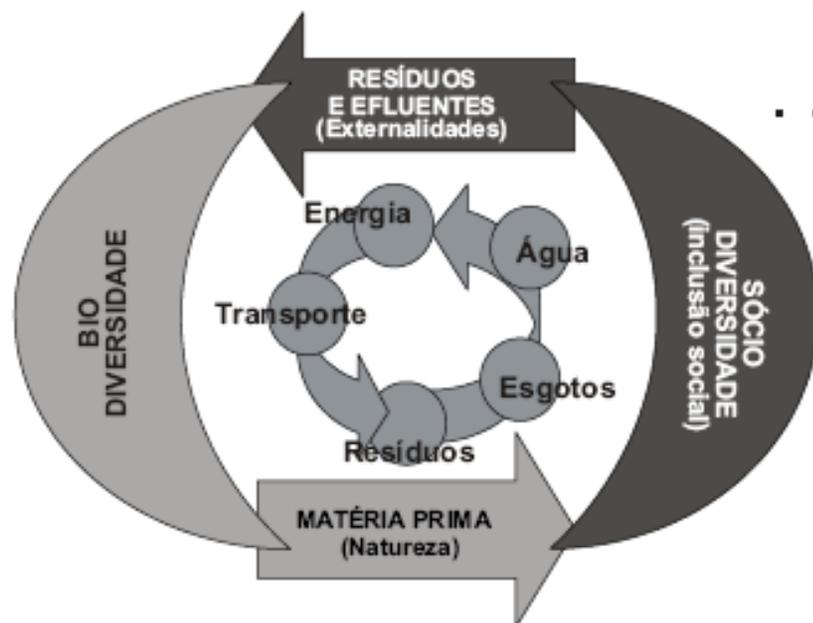
OPORTUNIDADES QUE OFERECE

- Reaproveitamento do patrimônio edílico existente, com uso conciliado à comércio, turismo e cultura.
- Desenvolvimento do turismo patrimonial.
- Reestruturação urbanística do Centro Histórico.
- Geração de oportunidades de renda.



programas e projetos identificados:

- Delimitação perceptiva do Centro Histórico, com a revisão do inventário dos prédios;
- Projeto SIMPAC;
- Padrões de ocupação particulares para cada quarteirão;
- Promoção da recuperação da identidade pelotense com o Centro Histórico, incluindo cursos de educação patrimonial;
- Coordenação de um conjunto de instrumentos técnicos e legais para a conservação e inovação (isenção IPTU, baixar índices construtivos, entre outros).



Ter uma estratégia coerente pública, empresarial e individual de uso sustentável dos fluxos ambientais, com ênfase em transporte, saneamento e energia.

PROBLEMAS QUE RESOLVE

- Evitar deslocamentos desnecessários.
- Diminuir o uso do transporte automotor individual.
- Alteração de paisagem e recursos naturais por resíduos sem disposição final adequada.

OPORTUNIDADES QUE OFERECE

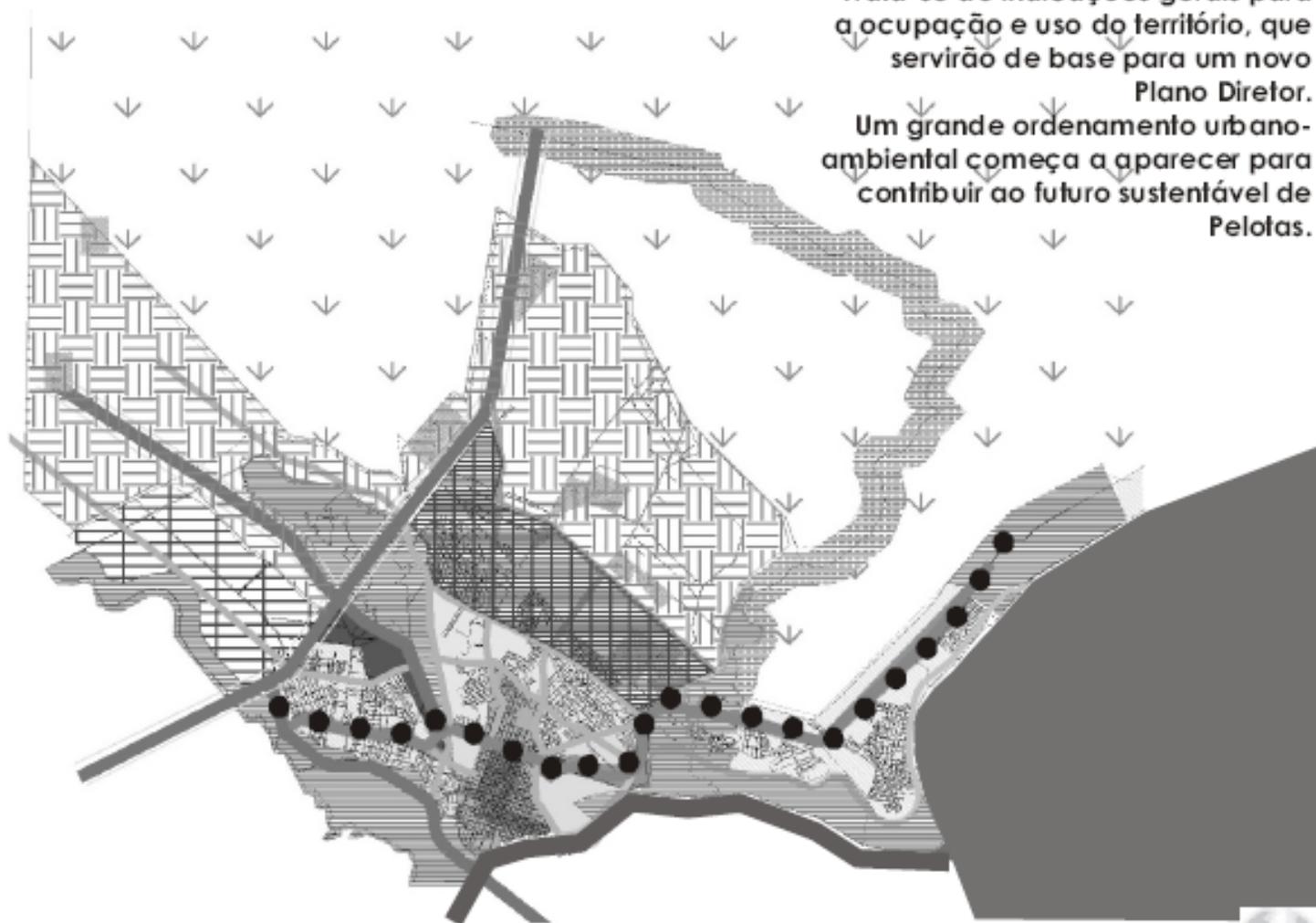
- Melhorar o transporte público.
- Aumentar áreas pedonais.
- Controle de ruídos e contaminação do ar.
- Reciclagem integral de resíduos sólidos.
- Aumentar as áreas verdes.
- Otimizar o uso de água e energia.

programas e projetos identificados:

- Priorização o transporte público ao individual;
- Saneamento integral da área urbana;
- Programa de Educação Ambiental;
- Guia de Procedimentos Ambientais;

MODELO URBANO GERAL

O esquema reflete a superposição das Idéias Força sobre o espaço da aglomeração urbana. Trata-se de indicações gerais para a ocupação e uso do território, que servirão de base para um novo Plano Diretor. Um grande ordenamento urbano-ambiental começa a aparecer para contribuir ao futuro sustentável de Pelotas.



CARTA DO CONGRESSO DA CIDADE

novο pacto para a construção de uma Pelotas sustentável

Os cidadãos de Pelotas aqui reunidos, representantes de múltiplas organizações não governamentais e órgãos públicos, vinculados à vida urbana e rural,

Considerando:

- Que a sustentabilidade e o direito a cidade deve ser construído pelas instituições públicas, pelo setor privado e por todos os cidadãos, combatendo a cultura da reclamação;

- Os diversos momentos e espaços proporcionados pela Prefeitura Municipal de Pelotas, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEURB, os quais pautaram um debate sobre a cidade, culminando com a convocação maior para o Congresso da Cidade, a fim de tratar de um novo Pacto para a construção de uma Pelotas Sustentável, em especial ao que cabe a SEURB;

- Que essa e outras formas de participação da coletividade no processo de gestão e planejamento da cidade, visando buscar uma modalidade compartilhada e acordada na tomada de decisões estratégicas, são fundamentais para a radicalização da democracia;

- Que a partir do Congresso da Cidade se assume um novo marco de compromissos e responsabilidades, tanto do setor público como privado, na aplicação deste novo Pacto, garantindo a sua continuidade;

- Que se realizaram desde outubro de 2001, até 03 de julho de 2002 quatro Fóruns Intersetoriais, nos quais, com a participação da coletividade, discutiu-se e acordou-se as Premissas para Pelotas e um diagnóstico geral dos conflitos e potencialidades mais relevantes na região, buscando sua harmonização com princípios maiores, como a Agenda 21 e o Estatuto da Cidade;

- Que este diagnóstico permitiu identificar e propor 13 Idéias Força para a sustentabilidade do município, a partir das atribuições da SEURB e uma proposta integrada para o sistema público de gestão das mesmas, orientando todas as Secretarias Municipais;

- Que a essas 13 Idéias Força, posteriormente ao IV Fórum Intersetorial, a partir dos debates e sugestões nele desenvolvidos, foram realizados ajustes e incorporações de propostas, conforme documento anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente;

Acordam os seguintes pontos centrais que constituem o Novo Pacto para a Construção de uma Pelotas Sustentável:

1. O conteúdo do documento das 13 Idéias Força;
2. Incorporar ao mesmo as sugestões e encaminhamentos oriundos do Congresso da Cidade, completando um primeiro ciclo de concertação.
3. Dar continuidade ao processo de Planejamento Participativo, tratando de Planos, Programas, Projetos e, especialmente o novo Plano Diretor de Pelotas através do Sistema de Planejamento do Espaço Municipal-SIPEM.

Pelotas, 10 de agosto de 2002

Ano de construção das bases para a cidade sustentável

COMO GESTIONAR ESTAS IDÉIAS FORÇA?

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

SIGEM

Sistema Integrado de Gestão do Espaço Municipal



considerações finais

A Democracia para uma Cidade Sustentável

“Quando se diz que os planos são bons quando levam em conta o bem-estar do povo, quando são sensíveis às necessidades e aspirações deste, é preciso que se esclareça que tal sensibilidade há de ser captada por via democrática, e não idealizada autoritariamente, como é comum nos tecnocratas e nos salvadores do ‘bem comum’ subjetivamente projetado”.

(José Afonso da Silva/Direito Urbanístico Brasileiro)

Depois de mais de um ano e meio de governo da frente popular, as políticas e serviços públicos prestados pela SEURB sofreram diversas alterações. Muito pode ser destacado, como a reformulação das rotinas administrativas; a compra de veículos, computadores e outros equipamentos para o desempenho de serviço; a capacitação de servidores em diversos eventos técnicos, em especial em cursos de mestrado; a qualificação do local de trabalho; a preparação de concurso público; o controle urbanístico mais eficaz e a criação de mecanismos esclarecedores das rotinas e dos serviços prestados, como o Guia de Procedimentos da SEURB. Ações que modificaram sensivelmente o cotidiano da SEURB, testemunhado por aqueles que de forma direta ou indireta recebem os serviços prestados por nós.

Entre tantas outras conseqüências positivas para a população, destacamos o tempo de tramitação de processos, em especial o de Alvará de Localização e Atividade, cuja média se encontra na faixa de trinta a quarenta dias, ou o de Alvará de Aprovação e/ou Construção de Obra, que fica na faixa de vinte a trinta dias. Tempo esse que pretendemos ainda diminuir com outras iniciativas, como a realização de concurso público.

Mas de todas as mudanças vivenciadas, podemos dizer, sem medo de errar, que a mais significativa foi o processo de planejamento e gestão participativa da cidade ora iniciado. Nunca Pelotas viveu uma experiência tão radical no que tange à democratização das políticas urbanas. As condições de trabalho postas à disposição do Conselho do Plano Diretor-CONPLAD e a sua

Mas de todas as mudanças vivenciadas, podemos dizer, sem medo de errar, que a mais significativa foi o processo de planejamento e gestão participativa da cidade ora iniciado. Nunca Pelotas viveu uma experiência tão radical no que tange à democratização das políticas urbanas. As condições de trabalho postas à disposição do Conselho do Plano Diretor-CONPLAD e a sua reestruturação jurídica, são ações únicas nos vinte e dois anos do conselho.

Os debates travados nos Fóruns Intersetoriais e no Congresso da Cidade, uma grande assembléia pública onde todos, indistintamente, tiveram a oportunidade de discutir e dizer a cidade que desejam, são as maiores e absolutamente inéditas expressões desse novo marco de democracia e gestão da cidade.

O Congresso da Cidade, ao contrário do que muitos possam pensar e desejar, não é nem o início nem o fim desse processo democrático e legítimo de pensar e discutir a cidade. Não é o início porque antes dele muitas reuniões, audiências públicas e debates, em diversos locais, sobre os mais diversos temas urbanísticos foram realizadas. Não é o fim, porque depois dele se abre um momento de tratar, também de forma participativa, a aplicação dos resultados do Congresso, ou seja, a Carta do Congresso da Cidade e as 13 Idéias Força para Pelotas.

Com certeza esse é mais um desafio que se põe à frente do governo municipal e de toda coletividade, o qual, sem a parceria entre público e privado, não vingará e inexistirão condições de tratarmos e acordarmos um novo pacto urbanístico para Pelotas, fundado na pluralidade de visão e na sustentabilidade, essa baseada na Agenda 21, ora em elaboração.

É certo que muito ainda temos que realizar, mas não é menos certo que o instituto popular, democrático e com forte conteúdo técnico do Congresso da Cidade, atendeu aos mandames da legislação urbanística, como a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto da Cidade, bem como oportunizou um espaço singular de interação entre o Poder Público e a coletividade, essa considerada de forma plurima, não só sua parcela técnica, mas também aquela baseada na vontade dos que não são especialistas em urbanismo, porém querem uma cidade feliz para morar e viver.

Conclusões e recomendações para a continuidade

O processo realizado, até sua culminação no Congresso da Cidade no dia 10 de agosto de 2002, foi concluído com resultados claros, muito positivos, e sobretudo deixou aprendizados para melhor orientar sua continuidade.

VALORAÇÃO DO PROCESSO:

A participação organizada, especialmente na forma do Fórum Intersetorial, com várias ocasiões de encontro, realizados entre fim de 2001 e agosto sobre a realidade.

*VALORAÇÃO DO ENFOQUE MULTIESCALA:

A metodologia usada durante todo o processo teve um aspecto saliente na abordagem de muitas escalas de aproximação, desde a regional, a microregional, a da aglomeração urbana e a da cidade consolidada.

Isso supera as clássicas divisões do planejamento, e tem provocado, nas 13 idéias - força aprovadas, verdadeiras estratégias para recolocar Pelotas (para fora de seu território específico e para dentro do mesmo) e lograr seu melhor desenvolvimento.

*VALORAÇÃO DAS IDÉIAS FORÇA:

A aprovação das 13 idéias força, que teve lugar no Congresso da Cidade, com todas as sugestões e ajustes ali obtidos, formam um marco orientador para políticas e atuações, que resulta muito valioso tanto por sua amplitude multiescala, quanto por sua amplitude temática, e o novo paradigma de desenvolvimento sustentável urbano que manifesta com suma clareza.

*VALORAÇÃO DO NOVO PACTO E AS ATUAÇÕES ALI COMPROMETIDAS:

Os valores antes consignados vão mais além de sugestões técnicas. Ao haver sido aprovado a Carta de Pelotas, como um novo pacto cidadão para o desenvolvimento sustentável da cidade, foi estabelecido um compromisso com ações no futuro imediato.

Dispõem-se de sugestões bem claras e consensuadas para iniciar de imediato a redação do novo Plano Diretor (e o caráter de imediato é pela extrema necessidade de que o mesmo se realize e se aplique em curto prazo) e os projetos específicos que há que realizar para por em marcha algumas atuações básicas do mesmo. Projetos específicos tanto estruturais como não estruturais (Agenda 21, monitoramentos, estudos de detalhe) que consolidem este pacto com testemunhos profundos sobre a realidade.

Prefeito Municipal de Pelotas
Fernando Marroni
Secretário Municipal de Governo
Mário Filho
Secretário Municipal de Comunicação
Paulo Souza

Secretário Municipal de Planejamento Urbano - SEURB
Antônio Carlos Porciúncula Soler

Coordenadora de Planejamento Urbano - CPLAN

Joseane da Silva Almeida
Arquitetos e Urbanistas:
Cláudio Santos da Silva
Gerson Zaffalon
José Cristiano da Nova Cruz
Rejane Melo Vogt

Estagiárias:
Daniela Heck
Glenda Dimuro Peter
Mariana Ribeiro Silva

Editoração e Diagramação:

Cláudio Santos da Silva
Glenda Dimuro Peter

Conselho Editorial:

Antônio Soler, Joseane Almeida, Cláudio Santos da Silva

Fotos:

Erich Maciase Laureano Bittencourt (SECOM)

Catálogoção:

Maria de Fátima S. Maia - CRB 10/1347

Impressão: Visão Artes Gráficas

Tiragem: 2.500 exemplares



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para a realização deste caderno, inclusive à Gráfica Visão.



Secretaria Municipal de
Planejamento Urbano
Coordenadoria de
Planejamento Urbano

☎ (53) 225 6500 - ramal 229
Seurb.cplan@pelotas.com.br

Realização:



Secretaria Municipal de
Planejamento Urbano
seurb@pelotas.com.br